

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA  
MESTRADO

ROSSUL CHAUDON PADILHA

**O PROBLEMA DA TRANSMISSÃO NA EPISTEMOLOGIA DO  
TESTEMUNHO DE JENNIFER LACKEY**

Porto Alegre  
2016

ROSSUL CHAUDON PADILHA

**O PROBLEMA DA TRANSMISSÃO NA EPISTEMOLOGIA DO  
TESTEMUNHO DE JENNIFER LACKEY**

Dissertação apresentada como requisito para a  
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-  
Graduação em Filosofia da Pontifícia  
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Felipe de Matos Müller

Porto Alegre  
2016

ROSSUL CHAUDON PADILHA

**O PROBLEMA DA TRANSMISSÃO NA EPISTEMOLOGIA DO  
TESTEMUNHO DE JENNIFER LACKEY**

Dissertação apresentada como requisito para a  
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-  
Graduação em Filosofia da Pontifícia  
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Felipe de Matos Müller – PUCRS

---

Profa. Dra. Kátia Martins Etcheverry – PUCRS

---

Profa. Dra. Patrícia Ketzer – UPF

Aos meus colegas, amigos e familiares.

## AGRADECIMENTOS

Ao CNPQ, pela concessão de bolsa integral de estudos durante todo o período de vigência do mestrado, possibilitando que tal empresa viesse a ser possível.

Ao programa de Pós-Graduação em Filosofia da PUC-RS, estendidos à comunidade universitária como um todo, que disponibilizou estrutura e condições necessárias ao desenvolvimento acadêmico.

A todos os docentes com quem tive a oportunidade de aprender sempre mais. Um especial agradecimento ao Prof. Dr. Felipe de Matos Müller por ter me acompanhado na empresa durante o período do mestrado, sempre muito atencioso, solícito e demonstrando interesse e entusiasmo pelos projetos de pesquisa em que está engajado, ao Prof. Dr. Cláudio Gonçalves de Almeida e aos Profs. Drs. Rogel Esteves, Kátia Martins Etcheverry e Patrícia Ketzer.

Aos colegas todos do Programa de Pós-Graduação, com os quais aprendi e troquei muito nesse tempo em que nos foi possível conviver. Em especial aos colegas que compartilharam a mesma linha de pesquisa: José Leonardo Annunziato Ruivo, Luiz Paulo da Cas Cichoski, Thiago Rafael Santin, André Luiz de Almeida Lisbôa Neiva, Luis Fernando Munaretti da Rosa, Ricardo Rangel, João Rizzo Fett, Felipe Mendes Sozzi Miguel, Lucas Roisenberg Rodrigues, Valentine Serpa e, novamente, Patricia Ketzer.

A todos os funcionários do PPG de Filosofia do Prédio 5 da PUC-RS, que sempre com ótima disposição tornaram a atividade de pesquisa possível. Também aos demais funcionários da Universidade como um todo que propiciam um ambiente saudável e aprazível para o estudo.

Por fim à minha família e amigos que além de suporte material sempre estiveram presentes, embora por vezes distantes geograficamente, aportando o que de mais valioso há: amor.

Como isso lhe pareceu irrefutável, Alice tentou uma outra pergunta. “Que espécie de gente vive por aqui?”

“*Naquela* direção”, explicou o Gato, acenando com a pata direita, “vive um Chapeleiro; e *naquela* direção” acenando com a outra pata, “vive uma Lebre de Março.

Visite qual deles quiser: os dois são loucos.”

“Mas não quero me meter com gente louca”, Alice observou.

“Oh! É inevitável”, disse o Gato; “somos todos loucos aqui. Eu sou louco. Você é louca.”

“Como sabe que sou louca?”, perguntou Alice.

“Só pode ser”, respondeu o Gato, “ou não teria vindo parar aqui.”

(Lewis Carroll, *Aventuras de Alice no país das maravilhas*)

## RESUMO

O testemunho foi negligenciado no estudo epistemológico durante muito tempo. Muito embora tal disciplina específica se utilize de autores clássicos como David Hume, John Locke e Thomas Reid, a sua aparição no cenário contemporâneo só se deu, de fato, após a publicação de *Testimony – a philosophical study* por C. A. J. Coady no ano de 1992. Os desdobramentos que daí se seguiram foram exaustivos na tentativa de resolver as questões levantadas a partir desse viés da relação que se observa entre dois agentes epistêmicos – anteriormente tomados separadamente. Isso demonstra também que a disciplina, agora chamada de Epistemologia do Testemunho, pode ainda ser melhor inserida como um subtema do campo que surge com Alvin Goldman chamado de Epistemologia Social. Ou seja, o tema aqui abordado é permeado tanto por questões epistêmicas – analíticas – como por questões que tocam o âmbito do social. Mais especificamente, o trabalho que se segue tem por objetivo geral apresentar o ponto de vista da filósofa Jennifer Lackey, que tem o corolário da sua tese sobre a epistemologia do testemunho reunida no livro *Learning from Words – Testimony as a Source of Knowledge*, de 2008. Como objetivos específicos do trabalho são trazidos os debates em torno da Natureza do Testemunho e da Transmissão vs. Geração de conhecimento percebidas dentro do contexto social-epistêmico. Ambos os temas em foco são cruciais para uma melhor compreensão não só do trabalho de Lackey como para o entendimento crítico da disciplina de modo geral. O rico aporte que a autora traz em sua obra por meio de exaustivos exemplos e contraexemplos são apresentados e debatidos em larga medida para que os mesmos sejam passíveis de análise por um viés crítico.

Palavras-chave: epistemologia, testemunho, epistemologia social, natureza do testemunho, transmissão de conhecimento.

## ABSTRACT

Testimony has been neglected for a long time during the epistemological study. Although this specific discipline makes use of classical authors such as David Hume, John Locke and Thomas Reid, its apparition in the contemporary scenario just happened, in fact, after the release of *Testimony – a philosophical study* by C. A. J. Coady in the year of 1992. The developments that followed from that were exhaustive in the sense of solving the issues set forward in the context of the relationship between two epistemic agents – considered alone before. This shows that the discipline, now called Epistemology of Testimony, can be better understood as a branch of the field forged by Alvin Goldman called Social Epistemology. That is, the subject addressed here it is surrounded by epistemic issues – analytical – as for issues that touch the social field. More specifically, the work that follows has as its main goal present the point of view of the philosopher Jennifer Lackey, that has its upshot a thesis about the epistemology of testimony presented in the book *Learning from Words – Testimony as a Source of Knowledge*, from 2008. As for specific goals are brought up the debates around the Nature of Testimony and Transmission vs. Generation thesis of knowledge, perceived in the social-epistemic context. Both themes are crucial for a better understanding not just of Lackey's work but also for a more critical view of the discipline in a general way. The great contribution that the author brings in its work by means of exhaustive examples, are here presented and debated largely for a more critical understanding of them.

Key words: epistemology, testimony, social epistemology, nature of testimony, knowledge transmission.

**SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1. NATUREZA DO TESTEMUNHO .....</b>	<b>17</b>
1.1. VISÃO ESTREITA .....	19
1.2. VISÃO AMPLA .....	21
1.3. VISÃO MODERADA .....	24
1.4. VISÃO DISJUNTIVA .....	25
<b>2. TRANSMISSÃO DE CONHECIMENTO .....</b>	<b>31</b>
2.1. CONTRAEXEMPLOS À TEP-N E TEP-N* .....	34
2.2. CONTRAEXEMPLO À TEP-S.....	36
<b>3. TRANSMISSÃO VS GERAÇÃO .....</b>	<b>38</b>
3.1. CRÍTICAS E RESPOSTA ÀS CRÍTICAS .....	40
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>49</b>

## INTRODUÇÃO

O ramo da filosofia que se debruça sobre as questões pertinentes à análise do conhecimento e à racionalidade é a Epistemologia. Sua corrente teórica analítica tem por base autores como René Descartes, David Hume, John Locke, entre outros. A tradição analítico-filosófica ganhou força nos séculos XIX e XX após o que pode ser denominado como a “virada linguística”, que através de uma formalização da linguagem procura estabelecer um maior entendimento dos enunciados filosóficos tendo por base a noção de “proposição”<sup>1</sup> – ou o “portador do valor de verdade”.

Sendo assim, é possível elencar algumas das perguntas centrais da disciplina de Epistemologia: 1) o que é o conhecimento? 2) como se dá o conhecimento 3) o conhecimento é possível? 4) quais as fontes do conhecimento? 5) qual o valor do conhecimento?

Na tentativa de responder algumas das questões acima apresentadas os autores contemporâneos têm feito o uso de textos clássicos da filosofia como o *Menon* e o *Teeteto* de Platão. A interpretação dominante desses textos apresenta a noção de conhecimento como sendo uma **crença verdadeira justificada**. A essa interpretação pode-se atribuir o nome de ‘noção tripartite do conhecimento’, ou em inglês *The Standard View*<sup>2</sup>.

Essa interpretação do conhecimento aliada à ideia da virada linguística, possibilita que essa mesma noção venha a ser apresentada de maneira formalizada; onde por S entende-se qualquer sujeito e por *p* uma proposição qualquer.

Um sujeito S sabe (conhece) que *p* se, e somente se:

- *p* (*p* é o caso – é verdadeiro);
- S crê que *p*;
- S crê justificadamente que *p*.

Atualmente entende-se que essas três condições são conjuntamente necessárias ao conhecimento, porém, após os casos apresentados por Edmund Gettier<sup>3</sup>, não suficientes. São levantadas diversas hipóteses no contexto pós-Gettier; alguns filósofos sugerem a

---

<sup>1</sup> “Proposição: Uma proposição é o que é indicado por uma frase declarativa. Por exemplo, a frase ‘O gato está no tapete’ indica que alguma coisa é o caso, isto é, que o gato está no tapete, e essa é a proposição expressada pela frase. Note que a mesma proposição será expressada por uma frase declarativa análoga, a qual está em um idioma diferente, tal como Francês, contanto que o que é indicado pela frase seja o mesmo. Proposições são verdades-avaliáveis, no sentido de que elas podem ser avaliadas tanto como verdadeiras, quanto como falsas.” (BLAAUW & PRITCHARD, 2005, pg. 119)

<sup>2</sup> FELDMAN, R. *Epistemology*. Prentice Hall, 2003.

<sup>3</sup> GETTIER, E. *Is Justified True Belief Knowledge?* Analysis, Vol. 23, nº 6 (Jun., 1963), pp. 121-123.

alteração de uma das condições, outros optam pela inclusão de uma quarta condição, etc. Em não havendo ainda uma resolução com relação aos casos do tipo Gettier, o testemunho, aqui, será abordado dentro da concepção clássica do que é o conhecimento.

Ainda na tentativa de responder a mais uma das questões fundamentais da Epistemologia: ‘como se obtém o conhecimento?’, deparamo-nos com um tema bastante controverso, porém não menos interessante. Ou seja, se o conhecimento é um fato, como o adquirimos? Quais as fontes do conhecimento?

Podemos afirmar que as respostas à essas questões têm sido, em alguma medida, longamente negligenciadas. Embora haja estudos sobre o tema, ele paira muito mais como um assunto periférico, a despeito de sua importância. Talvez esse fenômeno se deva ao fato de haver muita divergência quanto a quais os meios possíveis de adquirir conhecimento. E nesse ponto é o diálogo com o cético que impossibilita um consenso em relação a isso.

Partiremos da classificação que Richard Feldman apresenta em seu livro *Epistemology* com relação às fontes do conhecimento. Porém, como veremos, essa opinião não é compartilhada pela maioria dos autores. Segundo Feldman, então, as fontes através das quais o conhecimento é possível são:

- Percepção;
- Introspecção;
- Insight racional;
- Memória;
- Inferência; e
- Testemunho.

Contudo, como já havíamos adiantado, a classificação acima é a mais “fraca” possível, abrangendo muitas fontes que não figuram na classificação de outros autores que debatem sobre o tema de maneira mais exaustiva. Como exemplo disso temos um trecho de Robert Audi sobre a questão:

Se, na história da epistemologia, algumas fontes de conhecimento merecem ser chamadas de fontes clássicas, as melhores candidatas seriam percepção, memória, consciência (às vezes chamada de introspecção), e razão (às vezes chamada de intuição). (AUDI *apud* GELFERT, 2014, p.56).<sup>4</sup>

Como pode-se perceber, Audi não cita o insight racional e nem o testemunho como sendo fontes do conhecimento.

---

<sup>4</sup> “If, in the history of epistemology, any sources of knowledge deserve to be called the classical sources, the best candidates are perception, memory, consciousness (sometimes called introspection), and reason (sometimes called intuition).” (AUDI *in* GELFERT, 2014, p.56).

Além da divergência entre quais fenômenos são considerados fontes, ainda parece haver mais uma distinção entre elas, qual seja a de uma ordenação hierárquica. Ou seja, parece que algumas disfrutam de um lugar mais privilegiado do que outras no que se refere à confiabilidade do processo em si.

Para os empiristas clássicos e seus sucessores, percepção, memória e testemunho, hierarquicamente ordenados com percepção no topo, são consideradas como as principais fontes do conhecimento empírico. Esse ordenamento mapeia a confiabilidade relativa dos processos, posicionando percepção como a mais estável, confiável e segura, memória vindo em segundo em todas essas fontes, e testemunho é posicionado como pobre terceiro, mais próximo de opinião, boatos e rumores do que as outras fontes mais respeitáveis. (CODE *apud* GELFERT, 2014, p. 56).<sup>5</sup>

Muito embora o testemunho tenha de fato sido negligenciado no estudo epistemológico, não é à toa que o interesse por essa fonte em especial tem atraído autores de grande peso, travando debates que contribuem com o campo da epistemologia como um todo. Para exemplificar melhor isso, é interessante notar a relação que o testemunho possui com outras fontes – principalmente com as que são classificadas, no mais das vezes, como “básicas”, quais sejam: percepção e inferência.

A percepção como fonte de conhecimento possui um papel central no que tange o conhecimento empírico – do mundo a nossa volta. Todo o conhecimento empírico parece derivar dos nossos cinco sentidos: visão, audição, tato, olfato e gosto. E em alguma medida o testemunho pode ser tomado como sendo, em última instância, proveniente de uma fonte perceptual. Quando tomamos um testemunho, o fazemos ouvindo alguém. É o nosso sentido da audição que possibilita o testemunho oral. Essa mesma redução pode ser feita com o testemunho escrito; quando lemos alguma informação estamos nos utilizando, para tal, do sentido da visão.

Por outro lado, é possível problematizar sobre a relação entre testemunho e percepção colocando a percepção como dependente do testemunho. Nesse caso podemos imaginar duas situações diferentes que invertem os papéis de dependência. Na primeira, a imagem de uma ilusão de ótica serve para exemplificar. Digamos que você seja um admirador do pôr do sol, e nunca antes se questionou a respeito dos efeitos que a atmosfera terrestre possuem sobre observações de objetos que estão em camadas mais

---

<sup>5</sup> “For classical empiricists and their successors, perception, memory and testimony, hierarchically ordered with perception on top, count as the principal sources of empirical knowledge. This ordering maps the relative reliability of the processes, with perception ranking as most stable, reliable and secure, memory coming second on all of these sources, and testimony ranking a poor third, closer to opinion, hearsay and rumor than to the other more respectable sources.” (CODE *in* GELFERT, 2014, p. 56).

distantes do espaço (como é o caso do Sol). Porém, um dia assistindo uma aula de física sobre ótica, você ouve de um professor que o fenômeno da refração acontece em meios como o aquoso – onde temos a nítida impressão de que um objeto qualquer quando submerso na água parece estar “quebrado” – e no meio atmosférico (no que tange objetos observados além da camada atmosférica da Terra). A partir desse momento você passa a acreditar no testemunho do seu professor e sempre que observa o pôr do sol você se lembra da aula que teve e sabe que o que os seus olhos veem não é de fato o lugar correto onde o astro se encontra. Esse exemplo simples mostra uma fonte testemunhal operando como um derrotador da fonte perceptual.

A outra situação que podemos imaginar em que o testemunho prevalece sobre a percepção é se levarmos em conta que para conceituarmos um objeto ou um fenômeno qualquer, nos é necessário ter obtido, anteriormente, o conceito da coisa em questão. Caso contrário não nos é possível afirmar conhecimento sobre a coisa em si. Conceito esse que foi adquirido por meio de um ato testemunhal.

Em todo caso, é bastante clara a relação (ou discussão) existente entre percepção e testemunho como fontes de conhecimento. Quiçá tenha sido Thomas Reid o filósofo que mais explorou o tema do testemunho à sua época. E em seu livro *Inquiry into the Human Mind*, Reid escreve diretamente sobre a relação entre testemunho e percepção:

Há muito mais similitudes do que é comumente imaginado entre o testemunho de natureza, dado pelos nossos sentidos, e o testemunho dos homens, dado pela linguagem. O crédito que damos a ambas é, primeiramente, o efeito apenas do instinto. Quando nós crescemos, e começamos a raciocinar sobre eles, o crédito dado ao testemunho dos homens é restringido e enfraquecido pela experiência que temos de engano. Mas o crédito dado ao testemunho dos nossos sentidos é estabelecido e confirmado pela uniformidade e consistência das leis da natureza. (REID *apud* GELFERT, 2014, pp. 61-62).<sup>6</sup>

Fica explícita nessa passagem que para Reid há uma relação entre percepção e testemunho, ainda que ambas sejam diferenciadas quanto a sua natureza; onde o testemunho é classificado como uma “operação mental social”.

A relação que a fonte testemunhal possui com a inferência, ou raciocínio, parte da ideia de que a inferência, por ser considerada uma fonte básica de conhecimento, é a fonte que ancora o raciocínio do homem, seja ele dedutivo ou indutivo. E nesse sentido,

---

<sup>6</sup> “There is much greater similitude than is commonly imagined, between the testimony of nature given by our senses, and the testimony of men given by language. The credit we give to both is at first the effect of instinct only. When we grow up, and begin to reason about them, the credit given to human testimony is restrained and weakened, by the experience we have of deceit. But the credit given to the testimony of our senses, is established and confirmed by the uniformity and consistency of the laws of nature.” (REID *in* GELFERT, 2014, pp. 61-62).

a relação da fonte inferencial vai além da relação tão somente com o testemunho, cabendo também relacioná-la à percepção. Como exemplifica Gelfert:

Enquanto nós temos acesso direto aos dados dos sentidos como itens mentais, disponíveis para introspecção, nós não temos acesso direto ao tipo de relacionamento que se mantém entre os dados dos sentidos e o mundo. Sob circunstâncias normais, nós fazemos bem em colocar simples confiança na maneira como o mundo é representado para nós em dados dos sentidos, mas casos tais como alucinações ou ilusões de óptica servem como lembretes vívidos de que o mundo e nossa imagem sensorial dele podem desfazer-se. Pode-se pensar, então, que o conhecimento perceptivo somente pode ser assegurado através de um argumento independente, que explicita as condições sob as quais a confiança e a precisão dos dados dos sentidos representam a forma como o mundo é. Crenças perceptivas sobre o mundo, ao que parece sobre essa consideração, não são apenas casualmente mediadas (através de dados dos sentidos), mas também dependem, para sua justificação, de uma inferência para a confiabilidade dos nossos sistemas sensoriais. (GELFERT, 2014, pg. 66).<sup>7</sup>

A mesma lógica se dá quando comparamos a fonte testemunhal à inferência:

Talvez, então, devemos desconsiderar ativamente essa possibilidade sempre que estamos inclinados a aceitar um dado testemunho. Isso sugere que, embora possamos ser naturalmente inclinados a aceitar o que outros nos dizem, precisamos complementar a crença testemunhal com a justificação do porquê, nessa ocasião, devemos considerar a testemunha como sincera e confiável. (GELFERT, 2014, pg. 67).<sup>8</sup>

Essas passagens sugerem que o raciocínio (indutivo, nesses casos) participa ativamente na justificação quando são tomadas tanto fontes perceptuais como fontes testemunhais para a atribuição de conhecimento por parte de um sujeito.

Não temos como objetivo dessa dissertação trabalhar as questões apresentadas acima de maneira exaustiva. A menção a elas serve para mostrar como o testemunho é, sem dúvida, um tema digno de pesquisa dentro da Epistemologia, mais especificamente contribuindo com o seu caráter social.

Outra questão que não será abordada pelo trabalho que se segue é o debate em torno das abordagens *reducionista* e *não-reducionista* do testemunho. O motivo disso é que tal tema sugere um tratamento do testemunho dando enfoque à justificação

---

<sup>7</sup> “While we have direct access to sense data as mental items, available to introspection, we do not have direct access to the kind of relationship that holds between sense data and the world. Under normal circumstances, we do well to place simple trust in the way the world is represented to us in sense data, but cases such as hallucinations or optical illusions serve as vivid reminders that the world and our sensory image of it can come apart. One might think, then, that perceptual knowledge can only be secured via an independent argument that spells out the conditions under which sense data reliably and accurately represent the way the world is. Perceptual beliefs about the world, it would seem on this account, are not only causally mediated (via sense data), but also depend for their justification on an inference to the reliability of our sensory systems.” (GELFERT, 2014, pg. 66).

<sup>8</sup> “Perhaps, then, we ought to actively rule out this possibility whenever we are inclined to accept a given testimony. This suggests that, although we may be naturally inclined to accept what others tell us, we need to supplement testimonial belief with a justification for why, on this occasion, we should regard the testifier as sincere and reliable.” (GELFERT, 2014, pg. 67).

testemunhal. Como nosso objetivo é focar no conhecimento testemunhal optamos por não aprofundar nessa discussão – que já fora tema de outros autores. A própria autora que escolhemos tomar como base das visões apresentadas a seguir aponta que em sua tese ela consegue, de algum modo, “superar” ou ir além do debate reducionismo vs não-reducionismo<sup>9</sup>.

O que será sim debatido a fundo no trabalho que se segue é o problema da transmissão de conhecimento durante um ato testemunhal. Para isso tomamos como autora base a americana Jennifer Lackey, que em 2008 publicou uma tese a respeito do testemunho. O livro *Learning from Words – Testimony as a Source of Knowledge* é um marco na disciplina porque traz um novo olhar sobre a questão, procurando, a seu modo, avançar no debate polêmico sobre a epistemologia do testemunho nas últimas duas décadas.

Dividimos o trabalho em três partes. A primeira delas tece sobre o problema da Natureza do Testemunho. Um debate bastante polêmico, mas que obteve um enorme avanço ao longo dos anos, chegando à sua visão mais atual apresentada por Lackey. A importância de começar a dissertação por esse ponto é que, por mais que não seja um debate epistemológico propriamente dito, se não são levados em conta as noções da natureza testemunhal, ou seja, o que consideramos como um ato testemunhal válido, não é possível avançar no debate epistêmico de fato. Assim sendo, nos comprometemos com a visão disjuntiva apresentada pela autora; conscientes de suas implicações e críticas respectivas.

O segundo capítulo traz o que é identificado pela autora como sendo o problema central da epistemologia do testemunho, qual seja: a ideia (até então vigente) de que em um ato testemunhal ocorre uma transmissão de conhecimento, conjuntamente com todas as suas propriedades epistêmicas. Utilizando-se de alguns exemplos emblemáticos, como é o caso da [PROFESSORA EVOLUCIONISTA], a autora expõe contraexemplos bastante sólidos que corroboram a ideia de que: contrariamente ao que vinha sendo dito, em um ato testemunhal só é possível alegar conhecimento a um ouvinte quando, previamente, o falante também é possuidor de conhecimento da proposição em questão; bem como a ideia de que em um ato testemunhal todas as propriedades epistêmicas são transmitidas.

---

<sup>9</sup> “The dualist view that I develop avoids many of the standard debates in the literature on testimony, which are often fueled by the assumption that non-reductionism and reductionism exhaust our options for explaining testimonial knowledge.” (LACKEY, 2008, pp. 2-3).

O terceiro capítulo explora, principalmente, um debate travado entre Lackey e Sanford Goldberg no que concerne à noções de “monitoramento” durante um ato testemunhal. O caso do [LEITE] serve de fio condutor de toda a argumentação e contra argumentação, finalizando com uma resposta muito contundente de Lackey, dando por encerrada essa questão.

## 1. NATUREZA DO TESTEMUNHO

Para começar a discussão do presente capítulo, nada mais apropriado do que tocar em um tema que possibilitará assentar as bases de uma compreensão mais sólida do que se entende por testemunho, ou seja, o que, em Epistemologia, classificaremos como sendo casos de testemunho. A esse debate damos o nome de Natureza do Testemunho. Para isso nos utilizaremos da classificação feita pela autora Jennifer Lackey em seu livro *Learning from Words*.

Antes de prosseguirmos à exposição das diferentes visões acerca da natureza do testemunho, alguns pontos devem ser clarificados. Primeiramente, temos que ter em mente – como pano de fundo de toda a discussão - qual o objetivo da autora com relação à obra em questão. Tal objetivo endossa a tese de que, rigorosamente falando, nós não aprendemos a partir dos estados de crença ou de conhecimento dos outros, nós aprendemos a partir da palavra dos outros (LACKEY, 2008). Isso quer dizer que a autora está atacando diretamente a tese até então em vigor de que através de um ato testemunhal o conhecimento é transmitido<sup>10</sup>. Tese essa que, segundo Lackey, não leva em conta dois aspectos fundamentais que podem ser observados em um ato testemunhal, são eles: 1) o testemunho como sendo um ato intencional pela parte do falante, e 2) o testemunho como sendo uma fonte de crença ou conhecimento pela parte do ouvinte. (LACKEY, 2008). A forma errônea de abordar o testemunho resultaria de uma negligência no que diz respeito a ambos aspectos acima apresentados, ora confundindo-os, ora levando em consideração somente um deles.

Tendo aclarado sobre esse ponto, podemos então começar a compreender melhor a ideia que será trazida de uma natureza disjunta do testemunho para Jennifer Lackey. Pois é justamente essa dupla característica do ato testemunhal que o confere com um status único dentro do campo da epistemologia social e analítica.

---

<sup>10</sup>“De acordo com um componente central dessa *tese de transmissão*, os ouvintes podem adquirir conhecimento com base no testemunho dos falantes apenas se os próprios falantes possuem o conhecimento em questão. A ampla aceitação dessa tese está, indubitavelmente, conectada ao seu enorme apelo intuitivo. Pois cadeias testemunhais de falantes e ouvintes são frequentemente retratados como sendo muito similares a *bucket brigades* (cadeia humana): cada pessoa em um *bucket brigade* deve ter um balde de água a fim de passá-lo para a próxima pessoa, e, além disso, deve haver no mínimo uma pessoa que, por fim, adquire a água de uma outra fonte. De maneira similar, cada falante na cadeia de transmissão de conhecimento deve ter o conhecimento em questão a fim de passá-lo para a outra pessoa, e, além disso, deve haver no mínimo um falante na cadeia que, por fim, adquire o conhecimento de uma outra fonte, tal como através da percepção sensorial ou da razão”. (LACKEY, 2008, pg. 1).

Agora sim, nos será possível passar ao debate já anunciado sobre a natureza do testemunho. Porém, quando utilizamos o termo ‘natureza’ de alguma coisa, o que queremos dizer com isso? Para o presente trabalho tomaremos como sendo o ato de explicitamente demonstrar as condições (do objeto em questão) em termos de suficiência e necessidade. Dessa forma, a pergunta *qual é a natureza do testemunho?* será revelada na medida em que forem expostas as condições necessárias e suficientes que possibilitem a definição de um ato testemunhal. Ou seja, o que se pretende tomar como testemunho (ou ato testemunhal) no campo da Epistemologia.

Para isso, será necessário debater sobre um ponto que não é estritamente epistêmico, porém metafísico. A pergunta *o que é um testemunho?* demanda uma resposta antes de que se possa avançar no debate epistêmico. Esse “passo atrás” é tomado com bastante cuidado por Lackey, mostrando que o mesmo não fora feito por autores que debateram o assunto em suas primeiras instâncias. Dessa forma a classificação das diferentes visões trazidas no livro *Learning from Words* partem de uma concepção da própria autora com relação ao que fora (e da maneira que fora) abordado até então.

Partindo para algumas delimitações de abordagem, a autora em sua obra deixa claro que o tipo de testemunho que ela pretende aprofundar na discussão é o de tipo informal, ou, como ela denomina, *natural testimony*; diferindo daquele nos casos de testemunhos formais onde a testemunha está sob julgamento e passível de pena em caso de perjúrio. Além disso, Lackey expõe que se pretende tratar do domínio do testemunho como uma fonte de crença (*source of belief*) (2008, p. 14). Sendo assim, o objetivo não é apontar durante o estudo da Natureza do Testemunho apontar como adquirimos crença justificada ou conhecimento; o objetivo é apresentar uma definição do que é testemunho.

### **Diferentes Visões**

Começaremos então a analisar a classificação feita por Lackey sobre a natureza do testemunho. A classificação que a autora optou divide em quatro as diferentes abordagens da natureza do testemunho. São elas: Visão Estreita, Visão Moderada, Visão Ampla, e, por fim, a sua própria concepção que ela atribui o nome de Visão Disjuntiva.

## 1.1.VISÃO ESTREITA

A visão mais estreita – que também pode ser entendida como a visão onde as condições são mais exigentes - do testemunho foi amplamente disseminada por Coady após sua publicação<sup>11</sup>. Passemos imediatamente à exposição das condições apresentadas em seu livro acerca do testemunho. A Visão Estreita da Natureza do Testemunho ou *Narrow View of the Nature of Testimony* (NVNT) sugere que:

NVNT: S testifies by making some statement that  $p$  if and only if:

N1. S's stating that  $p$  is evidence that  $p$  and is offered as an evidence that  $p$ .

N2. S has the relevant competence, authority, or credentials to state truly that  $p$ .

N3. S's statement that  $p$  is relevant to some disputed or unresolved question (which may or may not be whether  $p$ ) and is directed to those who are in need of evidence on the matter (COADY in LACKEY, 2008, p. 15).

Partiremos direto a expor o contraexemplo proposto por Lackey para, a partir daí, analisar as falhas da visão proposta por Coady:

Suponha que Alice crê sinceramente que ela é clarividente, e ela diz para Rita que ela pode ver que Elvis Presley não está morto, e mais, que ele está vivendo em San Diego. Suponha que para esse caso não haja nenhuma questão em aberto, pois Rita de fato sabe que Elvis morreu, não tendo ela a necessidade de evidências para o assunto em questão. Tal situação não é considerado um caso de testemunho segundo a visão estreita, pois falha nas três condições. (LACKEY, 2008, p. 15).<sup>12</sup>

O primeiro problema na visão de Coady encontra-se na confusão entre o que a autora chama de *metafísica do testemunho* e a *epistemologia do testemunho*. A exigência em N1 de que o testemunho possua o caráter de evidência potencial, faz apelo a uma condição epistêmica objetiva<sup>13</sup>. Nesse caso seria impossível que haja alguma testemunha

<sup>11</sup> COADY, C. A. J. *Testimony: A Philosophical Study*, Oxford: Clarendon Press, 1992.

<sup>12</sup> “Suppose that Alice sincerely believes that she is a clairvoyant and tells Rita that she can see that Elvis Presley is not dead, but rather, that he is currently living in San Diego. Suppose further that there is no disputed or unsolved question in this context since Rita in fact knows that Elvis is dead and is therefore not in need of evidence on the matter. Such a statement, according to the NVNT, is not a case of testimony since it fails all three conditions.” (LACKEY, 2008, p. 15).

<sup>13</sup> “[...] de acordo com Coady, a noção de evidência figurada em N1 é similar ao que Peter Anchinstein (1978-1983) chama de evidência potencial. Evidência, nesse sentido, requer a verdade de  $e$  e uma conexão objetiva entre  $e$  e  $h$ , onde  $e$  é a peça putativa de evidência e  $h$  é aquela para a qual ela é uma evidência. No entanto,  $e$  pode ser evidência para  $h$  mesmo se  $h$  é falso, uma vez que tudo que é necessário é que geralmente haja uma conexão objetiva entre  $e$  e  $h$ . Além disso, embora  $e$  deva ser verdade, a fim de ser uma evidência potencial, ele não pode implicar  $h$ : implicação é simplesmente muito bom para ser evidência.” (LACKEY, 2008, pg. 15).

não confiável. Por exemplo, casos em que pessoas alegam avistar objetos voadores não identificados (OVNIs), relatos de combustão espontânea, etc., que embora não satisfaçam a condição de evidência potencial, não seriam tomados como casos de testemunho.

A segunda condição também cai por terra no caso acima pois alegar competência, autoridade ou credenciais tomando como base uma suposta clarividência não corrobora de maneira alguma para aceitar que isso é o caso. Não se pode nem mesmo afirmar que haja de fato alguém que é clarividente. A terceira condição também acaba por falhar já que ela demanda que o testemunho seja destinado a pessoas que possuem a necessidade do testemunho em questão para resolver algum caso que ainda está em aberto, não resolvido. O que claramente não é o caso, já que Rita de fato sabe que Elvis morreu.

As consequências da exigência epistêmica quando tratada a natureza do testemunho é que isso faz com que o assunto se torne menos rico e mais desinteressante. Lackey distingue duas questões que devem ser analisadas separadamente. A primeira delas é: 1) quais as condições requeridas para que S testemunhe que  $p$ ? E a outra é: 2) o que é requerido de um testemunho para que este sirva como uma fonte de crença adequada epistemicamente? Partindo da visão de Coady, adota-se somente a segunda pergunta. E nesse caso a questão central não é mais mostrar que o testemunho é uma fonte aceitável de justificação ou crença, mas sim perguntar se temos de fato algo que podemos chamar de testemunho (LACKEY, 2008).

Um segundo problema da NVNT é que esta não reconhece os casos em que um testemunho pode ser uma fonte de crença ou justificação para um ouvinte, independentemente das intenções do falante em que estas sejam uma fonte epistêmica (LACKEY, 2008). Configurariam aqui as publicações póstumas ou quando se ouve de alguém algo que não é transmitido diretamente a uma determinada pessoa. Observamos uma falha para com a terceira condição. Para mostrar isso a autora sugere dois casos:

[...] considere um caso em que você aprende com o diário publicado postumamente de Sylvia Plath que ela estava profundamente deprimida, e então alguém lhe pergunta qual é a fonte epistêmica desse conhecimento. Não é a resposta natural a essa questão o testemunho? Pois, uma vez que você não adquiriu essa informação da percepção dos sentidos, memória, razão, introspecção ou da combinação destes e, além disso, uma vez que você adquire esse conhecimento de uma expressão dos pensamentos de alguém, a conclusão intuitiva que se tira é que a fonte do seu conhecimento é o testemunho. (LACKEY, 2008, pg. 18).<sup>14</sup>

<sup>14</sup> “[...], consider a case in which you learn from Sylvia Plath’s posthumously published diary that she was deeply depressed, and then someone asks you what the epistemic source of this knowledge is. Isn’t the

E

[...] considere um caso em que você está falando ao telefone enquanto eu ouço você dizer que você esteve em um acidente de carro. Não diríamos nós que a fonte da minha informação é o seu testemunho, independente do fato de você não ter dirigido seu testemunho diretamente a minha pessoa? [...]? (LACKEY, 2008, pg. 18).<sup>15</sup>

Ambos são exemplos de casos onde dificilmente qualquer um de nós desconsideraria tais atos como se tratando de um ato testemunhal. Somos impelidos quase que naturalmente a dizer que, embora não haja uma intenção direta do falante em direcionar o testemunho a alguém ou alguém em particular, ainda assim queremos aceitar isso como um testemunho. Situação essa que se tomada a visão estreita de Coady não seria satisfeita.

Há ainda mais um problema na proposta de Coady que diz respeito à quando uma falante testemunha independentemente da necessidade epistêmica do ouvinte; falha na primeira conjunção de N3. O exemplo utilizado pela autora é o de um jantar composto quase que em sua totalidade por ateístas. Há apenas um teísta dentre todas as pessoas. E o teísta instancia: “Deus existe! ”. A pergunta que se faz é por que não considerar esse caso como um caso de testemunho também?

Levantados esses problemas fez-se necessário a emergência de visões mais abrangentes do testemunho. Passamos assim à Visão Ampla.

## 1.2. VISÃO AMPLA

Tendo em conta os problemas advindos da visão mais estreita possível – que acaba por não tecer sobre a natureza do testemunho, restringindo seu escopo diretamente à epistemologia do testemunho – faz-se necessária uma abordagem que tenha por interesse lidar com a natureza do testemunho, sem restringir para o âmbito epistêmico, ainda.

---

natural answer to this question testimony? For, since you didn't acquire this information from sense perception, memory, reason, introspection, or combinations thereof and, moreover, since you acquire this knowledge from an expression of someone's thoughts, the intuitive conclusion to draw is that the source of your knowledge is testimony.” (LACKEY, 2008, pg. 18).

<sup>15</sup> “[...] consider a case in which you are talking on the phone and I overhear you say that you were in a car accident. Wouldn't we say that the source of my information is your testimony, despite the fact that you did not direct your statement to me [...]?” (LACKEY, 2008, pg. 18).

Partindo daí, Elizabeth Fricker, Robert Audi e Ernest Sosa, comprometem-se com uma abordagem muito ampla do testemunho. Seu objetivo é abarcar a maior gama de possibilidades em se tratando da natureza do testemunho. Como a própria Fricker coloca:

A questão epistemológica central sobre testemunho é se há um direito epistêmico presuntivo para acreditar no que é dito como tal, sem outra evidência da confiabilidade de seu informante. O quão plausível é que haja tal direito depende de quão ampla é a noção de ‘testemunho’ considerada – relatos de testemunhas confiáveis ou outros ‘em uma posição de saber’ apenas, ou a categoria muito mais ampla de narrativas em geral (isto é, sem restrições tanto sobre a matéria do assunto, quanto sobre a relação epistêmica do falante com isso). [...] **Minha própria via, contrária às inclinações de Coady, é que uma categoria mais ampla de narrativas geralmente é o tipo relevante**, pelo menos se estamos considerando as normas epistêmicas às quais um ouvinte racional deveria estar em conformidade. (FRICKER, 1995, pg. 396-397, grifo do autor).<sup>16</sup>

Dessa forma, considerando uma abordagem mais ampla, *Broad View of the Nature of Testimony* (BVNT), do testemunho, pode-se atribuir a tal visão a seguinte noção:

BVNT: “S testemunha que  $p$ , se, e somente se, a declaração de S de que  $p$  é uma expressão do pensamento de S de que  $p$ .”

Fica fácil perceber o porquê essa visão é tida como ampla. Basta tomarmos uma “expressão do pensamento de S de que  $p$ ” para termos um testemunho, desonerando por completo o lado do ouvinte durante o ato testemunhal.

Podemos extrair algumas vantagens de considerarmos uma abordagem ampla como esta. A primeira delas é que em não havendo nenhuma condição de que o testemunho de que  $p$  seja uma evidência potencial, nem que o referido testemunho esteja na condição de ter que tecer sobre uma questão em aberto, e nem que seu asseridor deva ter a competência necessária, como sugere Coady, a visão ampla acaba por não se restringir a fatores somente epistêmicos, abarcando tudo o que se possa imaginar, desde que isso seja a expressão do pensamento de S de que  $p$ .

---

<sup>16</sup> “The central epistemological question about testimony is whether there is a presumptive epistemic right to believe what one is told just as such, without further evidence of the reliability of one’s informant. How plausible it is that there is such a right depends on how wide the notion of “testimony” is taken to be – reports by reliable eye-witnesses or others “in a position to know” only, or the much broader category of tellings in general (i.e. with no restrictions either on subject matter, or on the speaker’s epistemic relation to it). [...] **My own vie, contrary to Coady’s inclinations, is that the broader category of tellings generally is the relevant kind**, at least if we are considering the epistemic norms to which a rational hearer should conform.” (FRICKER, 1995, pg. 396-397) (Negrito do autor).

Uma outra vantagem observada é que, assim sendo, não nos deparamos com o problema de que o testemunho não seja uma fonte de crença ou conhecimento para um ouvinte, independente das intenções do falante em ser tomado como tal fonte.

Porém, ainda assim, podem-se notar alguns problemas adotando uma visão tão alargada dessa maneira. Se por um lado consegue-se dar conta de casos que antes eram excluídos, por outro acabam por serem adicionados casos em que (por ser tão abrangente) não gostaríamos de considerar como testemunhos para o nosso fim.

Dois problemas são identificados quando assumida essa visão. O primeiro é ilustrado pela seguinte situação: Estou caminhando com um amigo que me diz: “Ah, que belo dia”. Considerando que não se tratam de pessoas com algum problema visual, tal expressão não pode figurar como um caso de testemunho, afinal, trata-se de um tipo de expressão não informativa do pensamento. Ainda podemos pensar em uma série de expressões não informativas que utilizamos em casos de polidez ou incentivo. Desse modo a visão ampla licenciaria uma série de casos problemáticos enquanto casos de testemunho.

Contudo, dirá Lackey, há ainda um problema mais significativo que pode ser ilustrado na seguinte situação: ‘Edgar está no meio de uma interpretação dramática no tetro e diz: “A vida não tem mais sentido para mim’. Tal interpretação dramática, de acordo com a Visão Ampla, será um caso de testemunho? Aparentemente sim”. Contudo, o defensor da visão ampla poderá objetar dizendo que nos casos de interpretação dramática aquilo que é dito pelo personagem nem sempre se refere aos pensamentos daquele que atua. Mas então, dirá Lackey, se é assim, como pensar naqueles casos onde o ator está tão imerso no personagem que crê naquilo que está sendo dito? E o mesmo valeria para o caso de um mentiroso. Uma pessoa que mente está testemunhando; e, para seguir a analogia, um mentiroso sincero quando crê na mentira que conta também estará testemunhando.

Parece que tomado assim o testemunho alargamos demais sua concepção. Buscando um meio termo apresenta-se uma visão mais moderada trazida por Peter Graham.

### 1.3. VISÃO MODERADA

A proposta de Peter Graham é, segundo Lackey, de todas as três visões a que mais perto chegou de abranger todas as facetas necessárias em se tratando da natureza do testemunho. Ela consegue dar conta dos casos problemáticos da visão ampla quando exclui testemunhos de caráter não-informativo; também não cai no erro de confundir a metafísica do testemunho com a epistemologia do testemunho, notada em Coady. Desse modo, vemos a seguir a Visão Moderada do Testemunho - *Moderate View of the Nature of Testimony* (MVNT) da seguinte maneira:

MVNT: S testemunha fazendo uma asserção de que  $p$  se e somente se:

M1. O testemunho de S de que  $p$  é oferecido como evidência de que  $p$ .

M2. S pretende que seus ouvintes creiam que ele possui competência relevante, autoridade, ou credenciais para asserir verdadeiramente que  $p$ .

M3. A asserção de S de que  $p$  é crida por S como sendo relevante para alguma questão que ele crê que está em disputa ou não resolvida (que pode ou não ser  $p$ ) e é dirigida àqueles que ele crê que tem a necessidade de evidências no tema em questão.<sup>17</sup> (GRAHAM in LACKEY, 2008, p. 23).

Em comparação à visão ampla, fica claro que, principalmente com a terceira condição (M3), estão excluídos os casos de testemunho não-informativo. Também pode-se notar que o fato de o foco ser dado à crença do falante com relação ao testemunho ou aos seus ouvintes, em vez de enfatizar o caráter epistêmico propriamente dito da proposição asserida, não se dá a tamanha restrição que acontece com nos casos da visão estreita. Por isso diz-se que essa flexibilização acaba por não confundir a metafísica com

---

<sup>17</sup> MVNT: S testifies by making some statement that  $p$  if and only if:

M1. S's stating that  $p$  is offered as evidence that  $p$ .

M2. S intends that his audience believe that he has the relevant competence, authority, or credentials to state truly that  $p$ .

M3. S's statement that  $p$  is believed by S to be relevant to some question that he believes is disputed or unresolved (which may or may not be whether  $p$ ) and is directed at those whom he believes to be in need of evidence on the matter.

a epistemologia. Mas, ainda assim observa-se uma lacuna em tal visão por conta desta visão não lidar com o mesmo problema suscitado na visão estreita, que diz respeito às publicações póstumas. Isso se deve ao fato de que a visão de Graham não capta a possibilidade de que testemunhos podem vir a ser uma fonte de crença ou conhecimento para algum ouvinte, independente das intenções do falante de que o testemunho em questão seja uma fonte de crença ou conhecimento.

Imaginemos também o caso em que Frank crê que eu já sei da informação confidencial sobre a renúncia do Presidente. Ainda assim ele comenta isso em uma conversa. Pelo fato de Frank não oferecer tal informação como evidência, não crer que tal informação é relevante para uma questão em aberto, e não dirigir seu testemunho para alguém que ele crê que necessite de evidência no assunto, tal asserção falha em M1 e M3, não configurando um caso de testemunho segundo Graham.

Se quisermos ter uma narrativa da natureza do testemunho que seja epistemicamente aceitável, ela simplesmente deve reconhecer que nós aprendemos coisas a partir do testemunho de outros, mesmo quando eles não têm a pretensão de que o façamos. (LACKEY, 2008, p. 25).<sup>18</sup>

## 1.4. VISÃO DISJUNTIVA

### A proposta de Lackey

Por conta dos problemas apresentados anteriormente, Lackey aponta o fracasso das teorias anteriores por não levarem em conta a dupla natureza do testemunho. Por um lado, o testemunho é um (i) um ato intencional da parte do falante; e por outro, é (ii) uma fonte de crença ou conhecimento de um ouvinte.

Para isso, faz-se necessária a utilização e clarificação das ideias de “ato comunicacional” e de “quando (ou melhor, em que situação) tal ato comunicacional transmite informação”. Lackey apresenta alguns exemplos com o objetivo de deixar claro o que ela pretende quando se refere a um ato comunicacional. O primeiro caso é o de uma pessoa que está usando fones de ouvido em seu quarto enquanto outro morador da casa lhe dirige a pergunta: “Ainda há bolo na cozinha?” O primeiro não houve a indagação, mas está acenando com a cabeça verticalmente, fazendo parecer para o outro um aceno de “positivo”, ou seja, a pessoa conclui que sim, ainda há bolo na cozinha. Para Lackey,

---

<sup>18</sup> “If we are to have an account of the nature of testimony that is epistemically acceptable, it simply has to be acknowledged that we learn things from the testimony of others even when they don’t intend for us to do so.” (LACKEY, 2008, p. 25).

esse exemplo não configura um ato comunicacional, já que não houve a intenção em transmitir um conteúdo comunicável. Para ilustrar um caso em que sim, há um ato comunicacional, é apresentado um caso em que David está em seu quarto com a porta aberta proferindo um solilóquio. Uma pessoa que passa perto ouve o que David está dizendo e toma para si o que é dito. Este exemplo, sim, configuraria um ato comunicacional para Lackey, pois, independente da intenção de David em transmitir a informação há transmissão de um conteúdo comunicável.

Agora, para deixar claro em que situação um ato comunicacional transmite informação, Lackey aponta o seguinte:

1. Onde  $a$  é a expressão de uma sentença declarativa de tal forma que expressa a proposição de que  $p$ ,  $a$  transmite a informação de que  $p$ .
2. Onde  $\langle p \rangle$  é uma implicação pragmática óbvia (não cancelada) de  $a$ ,  $a$  transmite a informação de que  $p$ .
3. Onde um ato de comunicação  $a$  expressa a proposição de que  $q$ , e é óbvio (seja para todos na troca, seja para um falante normal competente) que  $\langle q \rangle$  implica  $\langle p \rangle$ ,  $a$  transmite a informação tanto de que  $q$  e de que  $p$ . (LACKEY, 2008, p. 29).<sup>19</sup>

Ficando claro o que a autora entende por esses conceitos, podemos partir para a divisão feita com relação à dupla natureza do testemunho. Primeiramente temos o lado do falante:

- Speaker-Testimony: S testemunha que  $p$  por meio de um ato de comunicação  $a$  se, e somente se, por meio desse ato  $a$ , S razoavelmente pretende transmitir a informação de que  $p$  (em parte) em virtude do conteúdo comunicável de  $a$ .<sup>20</sup> (LACKEY, 2008)

---

<sup>19</sup> 1. Where  $a$  is the utterance of a declarative sentence such that it expresses the proposition that  $p$ ,  $a$  conveys the information that  $p$ .

2. Where  $\langle p \rangle$  is an obvious (uncancelled) pragmatic implication of  $a$ ,  $a$  conveys the information that  $p$ .

3. Where an act of communication  $a$  expresses the proposition that  $q$ , and it is obvious (either to everyone in the exchange or to a normal competent speaker) that  $\langle q \rangle$  entails  $\langle p \rangle$ ,  $a$  conveys the information both that  $q$  and that  $p$  (LACKEY, 2008, p. 29).

<sup>20</sup> Speaker-Testimony: S s-testifies that  $p$  by performing an act of communication  $a$  iff, in performing  $a$ , S reasonably intends to convey the information that  $p$  (in part) in virtue of  $a$ 's communicable content.

Dando seguimento, do lado do ouvinte temos que:

- Hearer-Testimony: S testemunha que  $p$  por meio de um ato de comunicação  $a$  se, e somente se, H, S ouvinte, razoavelmente toma  $a$  como transmitindo a informação de que  $p$  (em parte) em virtude do conteúdo comunicável de  $a$ .<sup>21</sup> (LACKEY, 2008)

Em ambas as noções, s-testimony e h-testimony, as ideias de “razoavelmente” e “in part” aparecem. Vale aqui explicar um pouco mais do que cada uma delas representa em cada uma das noções.

Para s-testimony, a ideia de que “pretende-se que um ato de comunicação  $a$  seja razoavelmente transmitido”, tem por objetivo excluir casos de testemunho onde não se observe uma conexão razoável óbvia para com  $a$ . Como exemplo disso imaginemos o caso onde a proposição “está chovendo” seja tomada como implicando na proposição “o cálcio é um elemento constitutivo dos ossos”. Não parece haver nenhuma implicação razoável óbvia entre ambas as proposições. Já a proposição “o solo está molhado” é um exemplo onde sim, podemos notar uma conexão razoável óbvia para com a primeira proposição citada. É esse o objetivo da inclusão do elemento de razoabilidade na noção s-testimony. Já “in part” tem como objetivo excluir casos onde um testemunho possa ser tomado como transmitindo a mesma proposição por alguma outra fonte que não a testemunhal. Para exemplificar isso Lackey sugere que imaginemos um caso onde uma pessoa pretende transmitir a informação de que “ela possui uma voz soprano”, porém tal informação é, ela mesma, transmitida em uma voz de soprano. Isso faria com que a fonte testemunhal fosse de alguma maneira solapada por uma fonte perceptual.

Para h-testimony, essas mesmas ideias são também trazidas, porém com alguma diferença – evidentemente por se tratarem do ouvinte e não do falante. No que tange a razoabilidade do ouvinte, ou seja, o ouvinte razoavelmente toma a informação de que  $p$ , a ideia aqui é de que, ao contrário do falante, o ouvinte não acabe por tomar testemunhos que não apresentem uma conexão razoável óbvia; como é o caso das proposições acima mencionadas, se h-testimony tomasse a proposição “está chovendo” como tendo uma conexão com a proposição “o cálcio é um elemento constitutivo dos ossos”, teríamos aqui um caso indesejado, que é excluído pela adição do caráter da razoabilidade no que tange

---

<sup>21</sup> Hearer-Testimony: S h-testifies that  $p$  by making an act of communication  $a$  iff H, S’s hearer, reasonably takes  $a$  as conveying the information that  $p$  (in part) in virtue of  $a$ ’s communicable content.

tomar testemunhos pela parte do ouvinte. A outra característica “in part”, para o caso de h-testimony, funciona no sentido de que são excluídos os casos onde o ouvinte tenha chegado à formação da crença de que  $p$  ou conhecimento de que  $p$  a través de uma fonte outra que não seja o testemunho. Por exemplo o caso onde é afirmado que “há 10 pessoas na sala de aula”, porém um ouvinte já tenha previamente contado o número de pessoas presentes na sala. Tal caso não seria tomado como um caso de h-testimony, por conta de que a fonte responsável pela crença de que  $p$  não advenha da fonte testemunhal.

### **Visão Disjuntiva**

Dessa forma, passaremos à exposição da visão Disjuntiva de Lackey, que combina s-testimony com h-testimony:

VD: S testemunha que  $p$  fazendo um ato de comunicação  $A$  se, e somente se, em virtude do conteúdo comunicável de  $A$ , (i)  $S$  razoavelmente pretende transmitir a informação de que  $p$ , ou (ii)  $A$  é razoavelmente tomado como transmitindo a informação de que  $p$  (LACKEY, 2008, p. 34-35).

A proposta de uma visão disjuntiva de Lackey possui vantagens claras com relação às anteriores apresentadas. Isso pode ser constatado quando percebemos a sua capacidade de lidar com uma gama de casos diferentes onde queremos aceitar que tais atos sejam considerados como atos testemunhais. Vale ressaltar que a natureza dessa disjunção é inclusiva, ou seja, ela também é válida quando ambos os disjuntos são satisfeitos. Sendo assim, a única opção de casos onde não os consideraríamos como testemunhos são os casos em que nenhuma das partes (disjuntos) é contemplada pela exigência; todas as outras três configurações possíveis são casos de testemunho quando analisados sob a ótica da Visão Disjuntiva.

Um ponto que pode trazer dúvidas é o que concerne à atos falhos, ou seja, se estes são ou não tomados como sendo casos de testemunho na tese apresentada pela autora.

O exemplo proposto pela autora que pode ser interpretado como um ato falho é o caso do Agente 86, onde:

Há também casos nos quais um falante pretende expressar um conteúdo comunicável, realizando assim um ato de comunicação, a despeito do fato de tal ato ter sido causado involuntariamente. Suponha que o Agente 86 pretende guardar suas informações confidenciais, mas sem querer ele pinga um “soro da verdade” em seu copo de vinho, e não no copo de seu rival. Após terminar o

vinho, os efeitos do soro da verdade fazem com que o Agente 86 revele suas informações confidenciais para seu rival. [...] Dada a forma como o soro da verdade atua, o Agente 86 claramente pretende expressar um conteúdo comunicável quando ele revela suas informações confidenciais ao seu rival, muito embora tal intenção ele não teria não fosse ele estar sobre os efeitos do soro da verdade. Sendo assim, em minha visão, as asserções do Agente 86 contam como casos de testemunho. (LACKEY, 2008, p. 29).<sup>22</sup>

Com esse exemplo pretendemos sanar as indagações relativas à atos falhos que possam suscitar dúvida se seriam incluídos como casos de testemunho quando levamos em conta a visão disjuntiva. A resposta é afirmativa: atos falhos parecem estar contemplados pela noção de natureza do testemunho de Lackey.

Uma tentativa de apresentar um contraexemplo à visão de Lackey parece seguir na linha do que fora apresentado no caso do Agente 86, análogo a atos falhos. Andrew Cullison apresenta um caso onde, segundo ele, a teoria de Lackey poderia falhar. Segue o caso:

Suponha que terroristas venham até meu escritório e me perguntem onde ela está. Eu sei que ela está no andar de cima, e eu não possuo intenção alguma de revelar essa informação. Pelo contrário, minha intenção é mentir afirmando que ela está no andar de baixo. Os terroristas tornam-se mais agressivos, e a medida que eu começo a falar eu entro em pânico, revelando a informação de que **ela está no andar de cima**. O meu desespero fez com que eu revelasse a localização dela, muito embora essa não fosse a minha intenção.<sup>23</sup> (CULLISON, 2010, p. 118).

O caso acima tenta explorar uma faceta que parece não haver sido contemplada na visão de Lackey. Mas aparentemente o caso do Agente 86 que trata de casos de atos-falhos sugere que o caso dos terroristas se assemelha no sentido de que por mais que não haja a intenção em revelar tal informação, ainda assim ela é tomada racionalmente como sendo um testemunho. O que parece realmente acontecer no caso acima descrito.

Para finalizar o tema da Natureza do Testemunho vale lembrar que o que fora pretendido por Lackey aqui é a ideia de que para abordar corretamente o testemunho

---

<sup>22</sup> “There are also cases in which the speaker intends to express a communicable content, and thereby offers an act of communication, despite the fact that the intention itself is involuntarily caused. For instance, suppose that Agent 86 intends to keep his secrets, but inadvertently slips truth serum into his own glass of wine rather than into his adversary’s. After finishing his wine, the influence of the truth serum leads Agent 86 to disclose his secrets to his adversary. [...] Given the way that truth serum works, Agent 86 clearly intends to express communicable content when he discloses his secrets to his adversary, though such an intention is one that he wouldn’t have had were he not under the influence of the truth serum. Thus, on my account, Agent 86’s statement qualify as acts of communication.” (LACKEY, 2008, p. 29).

<sup>23</sup> “Suppose terrorists come to get my department chair and they ask me where she is. I know she is upstairs, and I have absolutely no intention of telling them that she is upstairs, I intend to lie and say that she is downstairs. They become more aggressive, and I begin to speak, I start to panic and out slips, “She’s upstairs”. Much to my dismay, I have just revealed her location, but I had no intention of relaying her location.” (CULLISON, 2010, p. 118).

deve-se levar em conta sua dupla natureza. De um lado temos o falante e do outro o ouvinte. Isso faz com que tenhamos que considerar todos os casos através de uma ótica disjuntiva inclusiva, ou seja, o testemunho pode ser uma fonte de crença ou conhecimento para um ouvinte qualquer, independentemente da intenção do falante em ser uma fonte epistêmica, e que um falante pode testemunhar, independentemente das necessidades epistêmicas dos ouvintes. Além disso, tal visão não comete o erro de entrar no debate sobre a qualidade epistêmica dos testemunhos em questão, deixando que isso seja tratado em um outro momento – quando de fato houver essa intenção.

## 2. TRANSMISSÃO DE CONHECIMENTO

Em seu livro *Learning from Words*, Jennifer Lackey apresenta um contraponto ao que ela chama de Tese da Transmissão. Tal tese endossa que em um caso de testemunho, quando um ouvinte adquire conhecimento testemunhal, o conhecimento que é transmitido carrega consigo todas as propriedades epistêmicas. Para apresentar melhor a discussão, Lackey divide em duas as teses sobre transmissão de conhecimento via testemunho: (i) Tese da Necessidade e (ii) Tese da Suficiência. A refutação se dá por meio de contraexemplos que colocam em cheque as condições de ambas as teses, mostrando que em casos onde, diferentemente do que é apontado, há casos em que se observa conhecimento pelo lado do ouvinte onde não se segue o mesmo pelo lado do falante.

### A visão da crença na Epistemologia do Testemunho

Parece ser de amplo acordo entre epistemólogos que quando trata-se do testemunho a crença possui um papel central. A autora chama esse fato de *Belief View of Testimony* (BVT).

Embora haja algumas divergências sobre o tópico, é possível traçar pontos de clara convergência quando nos referimos ao papel da crença no que tange a transmissão de conhecimento via testemunho. São, basicamente, três: 1) asserções são necessárias ao processo testemunhal, embora atuem como meros veículos para expressar crenças – elas permitem que tornemos público o que, de outra maneira, permaneceria privado; 2) o processo de comunicação via testemunho envolve a transmissão de uma crença de um falante para um ouvinte, conjuntamente com as propriedades epistêmicas que esta possui, ou seja, o testemunho por si seria incapaz de gerar novas propriedades epistêmicas; 3) utilizando-se das duas anteriores: asserções por si não possuem relevância epistêmica – crenças sim (LACKEY, 2008).

### A transmissão de propriedades epistêmicas

Lackey foca no que ela considera ser o cerne da BVT, qual seja: o segundo ponto, a *Transmission of Epistemic Properties* (TEP) de um falante para um ouvinte. São

identificadas duas dimensões para a tese da transmissão, uma delas uma tese da necessidade e outra da suficiência, as quais se apresentam da seguinte maneira:

TEP-N: Para todo falante A, e ouvinte B, B sabe que  $p$  com base no testemunho de A de que  $p$  somente se A sabe que  $p$ <sup>24</sup> (LACKEY, 2008).

TEP-S: Para todo falante A, e ouvinte B, se (1) A sabe que  $p$ , (2) B vem a crer que  $p$  com base no conteúdo do testemunho de A de que  $p$ , e (3) B não possui derrotadores não-derrotados para crer que  $p$ , então B sabe que  $p$ <sup>25</sup> (LACKEY, 2008).

Antes de passarmos aos contraexemplos à ambas as teses, faz-se necessário analisar as condições que ambas teses apresentam, começando pela tese da necessidade. A condição necessária à TEP-N diz que um ouvinte B saberá que  $p$ , com base no testemunho de A, somente se A souber que  $p$ . Essa condição nos proporciona a ideia de que conhecimento só pode ser transmitido quando previamente também há conhecimento. Ou seja, casos onde  $p$  é falso, onde o falante não crê que  $p$  ou casos em que o falante não está justificado em crer que  $p$ , não satisfazem a condição necessária ao conhecimento, e, por conseguinte, à TEP-N.

As considerações à TEP-N poderiam dar-se por esgotadas não fosse uma visão mais fraca da mesma, apresentada por Michael Dummet e Elisabeth Fricker. Chamemos de TEP-N\* a definição que se segue:

TEP-N\*: Para toda cadeia testemunhal, A1, ..., An, falante, An, e ouvinte B, B sabe que  $p$  com base no testemunho de A de que  $p$  somente se o primeiro falante A1, sabe que  $p$  de uma forma não testemunhal<sup>26</sup> (LACKEY, 2008).

O apelo de TEP-N\* é considerar a semelhança entre as fontes de conhecimento testemunhal e memorial, fazendo-se uso de uma cadeia de memórias para a última, e uma cadeia de testemunhos para a primeira. A maior diferença de TEP-N para TEP-N\* é que

---

<sup>24</sup> TEP-N: For every speaker A, and hearer B, B knows that  $p$  on the basis of A's testimony that  $p$  only if A knows that  $p$ .

<sup>25</sup> TEP-S: For every speaker A, and hearer B, if (1) A knows that  $p$ , (2) B comes to believe that  $p$  on the basis of the content of A's testimony that  $p$ , and (3) B has no undefeated defeaters for believing that  $p$ , then B knows that  $p$ .

<sup>26</sup> TEP-N\*: For every testimonial chain, A1, ..., An, speaker, An, and hearer B, B knows that  $p$  on the basis of An's testimony that  $p$  only if the first speaker, A1, knows that  $p$  in some non-testimonial way.

na primeira exige-se que para qualquer ouvinte se faça necessário que o falante saiba que  $p$ , já na segunda a exigência (mais fraca) é de que, pelo menos, o primeiro elo da cadeia testemunhal saiba que  $p$ .

Passemos agora às considerações concernentes à TEP-S no que diz respeito à segunda condição: (2) um ouvinte B passa a crer que  $p$  com base no conteúdo do testemunho de A de que  $p$ . Essa condição, assumida por autores como J. Austin, J. Adler e C. J. Coady, é necessária para prevenir casos em que um ouvinte passa a ter conhecimento de que  $p$  baseado em outras fontes que não sejam o conteúdo do testemunho de que  $p$ . Por exemplo, casos onde uma falante testemunha que possui uma voz de soprano emitindo tal testemunho em um tom de voz soprano. A aquisição desse conhecimento se daria por fatores perceptuais, e não por simples testemunho; daí a necessidade da condição apresentada.

Ainda assim, a condição (2) não exige que a crença em questão seja formada exclusivamente por fonte testemunhal, admitindo casos em que, por exemplo, percepção e testemunho atuam de maneira conjunta na formação da crença do sujeito. Deve ficar claro que (2) exprime a necessidade de uma suficiência com relação ao papel do testemunho na formação da crença.

Nos deteremos agora na terceira condição da TEP-S, que exige que: (3) um ouvinte não possua derrotadores não-derrotados para crer que  $p$ . Sobre tal ponto, Lackey aponta para dois principais tipos de derrotadores: derrotadores psicológicos e derrotadores normativos. Os primeiros distinguem-se em dois tipos, ambos apresentados na noção de derrotadores levadas a cabo por Pollock (1986), *rebutting and undercutting defeaters*. Já a ideia de derrotadores normativos é, segundo a autora, uma dúvida ou crença que S *deve* ter e que indica que a crença de S em  $p$  é ou falsa ou insuficientemente formada (LACKEY, 2008, p. 45).

Derrotadores, nesse sentido, funcionam em virtude de serem dúvidas ou crenças que S *deveria* ter (tenha eles ou não) dada a presença de alguma evidência disponível. Por exemplo, suponha que Bill crê que o Presidente dos EUA está neste momento em Chicago, mas ele lê no *The New York Times* que o Presidente está na China. Se Bill continua a manter sua crença sem razão para duvidar da matéria do jornal, pode-se argumentar que, mesmo que o Presidente estivesse de fato em Chicago, Bill não sabe isso, pois há evidência disponível para ele que derrota seu conhecimento (justificação). (LACKEY, 2008, p. 45).<sup>27</sup>

---

<sup>27</sup> “Defeaters in this sense function by virtue of being doubts or beliefs that S *should* have (whether or not S does have them) given the presence of certain available evidence. For example, suppose that Bill believes

Havendo esclarecido o que a autora entende por derrotadores, cabe compreender (3) no sentido de não haverem derrotadores não-derrotados. São esses os casos que se deseja evitar, i. e., quando se está na presença de um derrotador que não foi ele próprio derrotado. E é a presença de derrotadores não-derrotados que se faz incompatível com a tese de suficiência em casos de conhecimento testemunhal (LACKEY, 2008).

## 2.1. CONTRAEXEMPLOS À TEP-N E TEP-N\*

O primeiro caso apresentado pela autora ataca TEP-N no sentido que o falante (testemunha) falha em crer na proposição que é transmitida, e, contudo, os ouvintes em questão adquirem conhecimento sobre a questão. Passemos ao caso:

“[PROFESSORA CRIACIONISTA]: Stella, professora de quarta série, é uma cristã devota, e suas crenças religiosas foram fundadas em uma fé muito profunda desde os tempos em que ela era apenas uma criança. Parte dessa fé inclui a crença na verdade do Criacionismo e, conseqüentemente, na falsidade da Teoria Evolucionista. A despeito disso, ela reconhece que há uma esmagadora quantidade de evidências científicas que vão contra essas suas crenças. E de fato, ela admite que o seu comprometimento com o Criacionismo não é baseado em evidências, mas na sua fé de que existe um Criador todo-poderoso. Levando isso em conta, Stella não pensa que religião seja algo que ela deva impor aos que convivem com ela, e isso é especialmente verdadeiro no que diz respeito aos seus alunos da quarta série. Ao contrário de suas crenças, levando em conta seu dever como professora, ela apresenta o material que dá o melhor suporte às evidências que afirmam a verdade sobre a Teoria Evolucionista. Como resultado disso, após consultar fontes confiáveis na biblioteca e desenvolver uma aula confiável, Stella faz a seguinte asserção aos seus alunos: “O *Homo sapiens* evoluiu do *Homo erectus*”, enquanto apresentava a aula de biologia. Embora Stella não creia nem saiba tal proposição, e também nunca compartilhe sua fé com seus alunos, eles acabam formando a correspondente crença baseados no seu testemunho confiável.” (LACKEY, 2008, p. 48).

O que o exemplo acima procura nos mostrar é que podem-se observar casos em que um crente não-confiável pode ser uma testemunha confiável, e conseqüentemente transmitir conhecimento. É o fato de Stella não possuir conhecimento à cerca da proposição “O *Homo sapiens* evoluiu do *Homo erectus*” (por falhar na condição da crença) que faz com que TEP-N não seja verdadeira; já que esta exige que a testemunha saiba que *p*.

---

that the President is currently in Chicago, but then reads in *The New York Times* that the President is currently in China. If Bill continues to hold his original belief with no reason for doubting the report in the newspaper, it may be argued that even if the President is in fact in Chicago, Bill does not know this because there is evidence available to him that defeats his knowledge (justification/warrant).” (LACKEY, 2008, p. 45).

Uma objeção que poderia ser feita ao contraexemplo é dizer que Stella não é a fonte de fato do testemunho, alegando que os autores dos livros consultados é que são as reais fontes do testemunho. Essa objeção faz alusão à ideia de cadeia testemunhal, onde a professora não configuraria como sendo um elo da cadeia. O problema da objeção é que ela abre caminho para dizer que nem os próprios autores dos livros em questão são de fato elos da cadeia testemunhal, chegando dessa maneira a obrigar que seja tomada como única fonte o testemunho direto de Charles Darwin, o que configuraria como uma petição de princípio; o que deve-se evitar.

Outra objeção ao contraexemplo é afirmar que os alunos não adquiriram de fato o conhecimento na proposição em questão. Pode-se levar esse argumento a cabo fazendo que o caso em questão seja considerado um caso tipo Gettier, onde os alunos adquirem conhecimento baseados em uma mentira, sendo um caso de mera sorte, um caso indesejado onde não queremos afirmar que os alunos adquirem conhecimento. Para responder à objeção se faz apelo às evidências apresentadas pela professora. Onde em um caso muito similar que um outro professor apresentasse as mesmas evidências mas que acreditasse na proposição não causaria nenhum tipo de problema.

O próximo contraexemplo faz alusão a um caso onde a exigência de conhecimento pela parte da testemunha também não é satisfeita e o ouvinte também adquire conhecimento, a diferença está em que o caso da PROFESSORA CRIACIONISTA falha na condição do conhecimento porque a testemunha em questão não acreditava na proposição, já o caso a seguir falha na condição do conhecimento porque a testemunha não possui justificção para crer na proposição – ou ainda, a pessoa possui um derrotador normativo.

[CRENTE DOGMÁTICO]: José foi enganado por um neurocirurgião (que estava fazendo um teste em alguns pacientes) que lhe disse que sua visão estava com sérios problemas. Contudo, mesmo sem razões racionais José se recusa a aceitar tal diagnóstico. Embora o relato do médico seja falso, José *deveria* aceitar o diagnóstico feito dado a evidência disponível para ele. Não obstante, após deixar o consultório médico, José presencia um acidente de carro na Avenida Ipiranga. Ele forma a crença (verdadeira) correspondente de que “um acidente ocorreu na Avenida Ipiranga” e imediatamente faz uma ligação para a Brigada Militar relatando o acidente e omitindo o diagnóstico do neurocirurgião. A pessoa encarregada de repassar as informações às viaturas próximas

forma a crença na proposição baseada unicamente no testemunho de José, por sua vez, baseado em percepções de primeira mão<sup>28</sup>.

O ponto aqui é mostrar que em situações como essas notamos que testemunhas que não parecem saber acabam por gerar conhecimento aos seus ouvintes. No caso acima apresentado a testemunha possuía um derrotador normativo, visto que ela deveria crer que sua visão estava com sérios problemas, fazendo dela uma pessoa inconfiável no que diz respeito à sua percepção visual (ainda que o relato do neurocirurgião fosse enganador).

Parece que há uma propriedade que não é transmitida no ato testemunhal. A presença de derrotadores, sejam eles psicológicos ou normativos, não é “passada adiante”. Ainda no último caso podemos imaginar que a pessoa encarregada de repassar a informação ao policial mais perto fez isso por meio de testemunho; podemos também imaginar que o policial estava ocupado em alguma outra ocorrência e repassou novamente a informação a outra viatura por meio do rádio, e assim poderíamos imaginar uma cadeia com  $n$  testemunhos. Isso faz com que não só TEP-N, mas também TEP-N\* sejam falsas.

## 2.2. CONTRAEXEMPLO À TEP-S

Os casos utilizados para mostrar a falha de TEP-S são do tipo em que o conhecimento do falante não é suficientes para atribuir conhecimento ao ouvinte durante um ato testemunhal. Dessa forma trazemos um caso:

[CRENTE COMPULSIVO]: Bill é um crente compulsivo no que diz respeito aos testemunhos da sua vizinha, Jill, pessoa a qual ele possui um interesse romântico obsessivo. Não somente ele sempre acredita em Jill quando ele possui boas razões para crer nela, mas ele é incapaz de não crer nela quando ele possui boas razões para não crer nela. [...] Ontem, em sua caminhada à tarde Bill se dirigiu até Jill, e ela lhe disse que ela havia visto uma baleia orca enquanto navegava mais cedo naquele dia. Bill, claro, aceitou o testemunho de Jill imediatamente. Acontece que Jill de fato avistou uma baleia orca enquanto estava no barco, e que ela é muito confiável no que tange as suas práticas epistêmicas, tanto em geral quanto nesse assunto particular, e Bill não possui razões para duvidar do testemunho em questão. Dada a sua característica de crente compulsivo com relação a Jill, contudo, mesmo que ele tivesse uma quantidade enorme de evidencia disponível que indicasse, por exemplo, que Jill não avistou uma orca, que ela é um agente epistêmico não confiável, que ela é uma testemunha não confiável, e que orcas não vivem nessa parte do país,

---

<sup>28</sup> Caso adaptado do caso DOGMATIC BELIVER (LACKEY, 2008, p. 63).

e assim por diante, Bill teria ainda assim aceitado o testemunho de Jill (LACKEY, 2008, p. 66).<sup>29</sup>

O caso apresentado sugere o que, provavelmente, a maioria das pessoas julgaria com relação a Bill: a crença em *p* não é um caso de conhecimento. Independente das evidências contrárias que Bill possa vir ter com relação à Jill, ainda assim ele continuaria a crer no que lhe é dito. Ou seja, o fato de o falante possuir conhecimento não é suficiente para que o ouvinte também o possua, fazendo com que TEP-S falhe.

---

<sup>29</sup> “[COMPULSIVELY TRUSTING]: Bill is a compulsively trusting person with respect to the testimony of his neighbor, Jill, in whom he has an obsessive romantic interest. Not only he always trust Jill when he has very good reasons to believe her, but he is incapable of distrusting her when he has very good reason not to believe her. For instance, even when he has available to him overwhelming evidence for believing that she is deliberately lying or being deceitful, Bill cannot come to believe this about Jill. Indeed, Bill is such that there is no amount of evidence that would convince him to not trust Jill. Yesterday, while taking his afternoon walk, Bill ran into Jill, and she told him that she had seen an orca whale while boating earlier that day. Bill, of course, readily accepted Jill’s testimony. It turns out that Jill did in fact see an orca whale on the boat trip in question, that she is very reliable with respect to her epistemic practices, both in general and in this particular instance, and that Bill has no reason to doubt the proffered testimony. Given his compulsively trusting nature with respect to Jill, however, even if he had massive amounts of evidence available to him indicating, for instance, that Jill did not see an orca whale, that she is an unreliable epistemic agent, that she is an unreliable testifier, that orca whales do not live in this part of the country, and so on, Bill would have just as readily accepted Jill’s testimony.” (LACKEY, 2008, p. 66)

### 3. TRANSMISSÃO VS GERAÇÃO

Um ponto chave da discussão é o debate em torno da tese amplamente difundida que alega que o testemunho é uma fonte transmissora de conhecimento. A autora nega tal tese sugerindo que o testemunho é uma fonte geradora de conhecimento. A maior divergência está no papel principal que é atribuído à crença dentro da discussão sobre o ato testemunhal.

Rapidamente passaremos à exposição da tese que Lackey chama de *The Transmission of Epistemic Properties*, que será alvo de discussão também mais adiante.

- TEP-N: Para todo falante A, e ouvinte B, B sabe que  $p$ , baseado no testemunho de A de que  $p$ , somente se A sabe que  $p$  (LACKEY, 2008, p. 39).

Em contraponto à noção acima apresentada, Lackey sugere que para uma correta análise do testemunho temos que levar em conta a propriedade que está contida na asserção – *statement*. Fazendo-se necessário substituir a noção anterior que é apresentada pela TEP-N, que tem seu foco na transmissão da(s) crença(s) do falante, por uma noção que tenha o foco na necessidade de um critério que foque na confiabilidade do falante com relação ao ato testemunhal.

Sendo assim, é apresentada a condição *Reliability of the Statement-Necessity*:

- RS-N: Para todo falante A, e ouvinte B, B sabe que  $p$  com base no testemunho de A de que  $p$  somente se a asserção de A de que  $p$  for confiável ou, pelo menos, conducente à verdade.

Há algumas consequências em aceitar RS-N e rejeitar TEP-N. Lackey aponta para três principais. Primeiramente, quando rejeitamos TEP-N, estamos deixando de lado as noções de que o testemunho é uma fonte transmissora de conhecimento, tendo como seu principal foco a transmissão das crenças do falante para o ouvinte; em contrapartida, aceitando RS-N, e levando em conta os casos que funcionam como contraexemplo à TEP-N, aceitamos que o testemunho possa ser uma fonte geradora de conhecimento. São os casos em que um ouvinte adquire conhecimento de um falante que nem mesmo possuía crença na proposição em questão. Talvez o exemplo mais emblemático seja o da Professora Criacionista, que será alvo de debate mais adiante.

Um segundo ponto se refere à justificação (assumida em graus), que pode variar do falante para o ouvinte, sendo maior ou menor em cada um deles. Ou seja, variando ao longo da atividade testemunhal. Ideia essa que vai contra a imagem da passagem de água de um balde para outro, que faz alusão a uma cadeia testemunhal, onde não se ganha nada além do que é passado. Um dos casos que apresentam esse problema é o do Crente Compulsivo.

Por último, não seria necessário que o falante seja um crente competente ou nem que ele seja uma testemunha sincera para que haja aquisição de conhecimento via testemunhal. Isso foi posto à prova nos casos em que o falante mesmo se mostrando crente e sincero não fazia disso um caso suficiente para que haja transmissão de conhecimento por testemunho.

Desse modo, Lackey formaliza a noção de *Statement View of Testimony* da seguinte forma:

- SVT: Para todo falante A, e ouvinte B, B sabe que  $p$  com base no testemunho de A de que  $p$  somente se (1) a asserção de A de que  $p$  é confiável ou conducente à verdade, (2) B passa a crer que  $p$  com base no conteúdo da asserção de A de que  $p$ , e (3) B não possui nenhum derrotador não derrotado para crer que  $p$  (LACKEY, 2008, p. 75).

O interesse da autora é deixar claro que o que se pretende aqui é demonstrar o papel capital que a asserção possui durante o ato de aquisição de conhecimento por meio do testemunho. Estritamente falando, nós não aprendemos através das crenças dos outros, nós aprendemos através das palavras dos outros (LACKEY, 2008).

Antes de prosseguir temos que procurar esclarecer alguns pontos que podem ser alvo de bastante discussão. São eles, as noções de ‘confiabilidade’ e ‘conducência à verdade’ que aparecem nas cláusulas RS-N e SVT.

Lackey não explora muito a noção de confiabilidade pretendida em sua tese. Ainda assim, ela sugere que uma distinção deve ser feita para que não sejam confundidas noções subjetivas com noções objetivas de confiabilidade. Segue o excerto traduzido do original:

Pode ser objetado que a confiabilidade da asserção em questão é uma condição muito forte para justificação testemunhal. Ora, não estaria eu justificado em

crer que o Presidente está no Iraque tomando como base a leitura do *The New York Times* mesmo que, por alguma razão, a asserção do repórter falhe em ser confiável ou conducente à verdade? Lembremos, contudo, o que foi enfatizado na Introdução: eu estou preocupada com justificação testemunhal somente enquanto esta possui um íntima relação com conhecimento testemunhal. Podem haver, todavia, algumas noções subjetivas de justificação que não requeiram a confiabilidade da asserção em questão. (LACKEY, 2008, p. 74).

Sobre confiabilidade (diretamente) esse é o máximo que podemos extrair do que é apresentado em seu livro, o que pode tornar-se um flanco alvo de discussão.

Brevemente apresentamos uma passagem que a autora expõe os critérios de condução à verdade, onde estes estão ligados às noções de sensibilidade, segurança e virtude.

A confiabilidade de uma asserção em questão pode, por sua vez, ser tomada de várias maneiras. Por exemplo, pode ser necessário que a asserção do falante seja sensível, segura, apropriadamente ou virtuosamente formada, e assim por diante. Ou seja, respectivamente, pode ser necessário que um falante não asseriria que  $p$  se  $p$  fosse falso, ou que ela não asserisse que  $p$  sem que  $p$  fosse o caso, ou que sua asserção fosse oferecida por faculdades testemunhais funcionando apropriadamente ou virtuosamente, e assim por diante. (LACKEY, 2008, p. 74).

Pode ser que nas discussões que se seguem, algumas ideias fiquem mais claras, já que estas envolverão precisamente as noções de confiabilidade, sensibilidade e segurança.

### 3.1.CRÍTICAS E RESPOSTA ÀS CRÍTICAS

A primeira crítica apresentada é a que Robert Audi tece sobre o caso da Professora Criacionista. São basicamente duas objeções que são refutadas por Lackey (apresentaremos aqui a primeira delas).

As alegações de Audi têm por objetivo sustentar a visão do testemunho tendo como base a transmissão as crenças do falante, ou seja, que o caso da Professora Criacionista não seria de fato uma ameaça à TEP-N. Uma das críticas pretende desqualificar o caso mostrando que Stella deve possuir algum tipo de mau funcionamento cognitivo; colocando em cheque a confiabilidade do testemunho dado pela professora. Mau funcionamento este que se refere à incapacidade de responder corretamente às evidências. E nesse caso, Audi questiona se os alunos podem realmente ter adquirido conhecimento a partir de um testemunho não-confiável.

Lackey questiona que Stella possua algum tipo de mau funcionamento cognitivo, dizendo que o exemplo não sugere tal conclusão. Ela ainda traça um paralelo com alguém com uma doença muito grave que apresenta algum tipo de *wishful thinking*. Esse fato, por si, não seria suficiente para alegar um tipo de mau funcionamento cognitivo. E mais, caso Stella sofresse de fato de algum mau funcionamento, este seria referente à suas crenças, não ao seu testemunho. O que Stella negligencia são as evidências e a sua relação com as atitudes doxásticas com respeito à Teoria Evolucionista, mas o seu testemunho é baseado nas evidências oferecidas pela Teoria. E de fato, é exatamente por esse motivo que Lackey afirma que crenças não confiáveis podem, no entanto, ser testemunhas confiáveis (LACKEY, 2008).

A segunda crítica que apresentaremos é a que Sanford Goldberg faz. A importância dessa crítica se dá pelo fato de que ela faz com que Lackey explique de maneira mais exaustiva os motivos que fazem com que ela rejeite o caso apresentado; como consequência a sua teoria torna-se mais clara em alguns pontos ainda duvidosos.

Goldberg apresenta um caso que força Lackey a debater sobre os critérios de confiabilidade, sensibilidade e segurança, que apareciam em RS-N e SVT. O caso se dá do seguinte modo:

[LEITE]: Frank é um escritor com um hábito estranho. Toda manhã, precisamente à 7:30, ele acorda e joga fora o que houver de leite dentro da caixa de leite que ele havia comprado no dia anterior, mas ele recoloca a caixa vazia dentro da geladeira novamente, onde a mesma (caixa de leite) permanece ali até o meio dia. Durante o intervalo das 7:30 da manhã até o meio dia Frank permanece na cozinha, pois é aí onde ele escreve todas as manhãs. Finalmente, exatamente ao meio dia, ele recolhe a caixa de leite vazia que estava na geladeira e a joga fora – um ato que simboliza o fim de sua atividade diária como escritor. Mary não está a par da prática diária relativa à caixa de leite de Frank. Uma manhã, após Mary haver passado a noite anterior na casa de Frank com seu filho Sonny, ela acorda às 7:40 e se dirige à cozinha com Sonny. Ao chegar na cozinha (onde Frank já estava) Mary imediatamente vai à geladeira procurar um suco de laranja, e, ao fazer isso, ela se depara com uma caixa de leite dentro da geladeira. Ela então informa Sonny (que todas as manhãs costuma tomar leite com cereais) que ‘há leite na geladeira’. Por sorte, de fato há leite na geladeira essa manhã (Frank esquecera que havia comprado leite no dia anterior). Assim que Frank percebe o testemunho de Mary, ele se dá conta que ele havia esquecido de jogar fora o leite restante na caixa. Quando Sony ouve o testemunho de Mary, ele forma a crença de que ‘há leite na geladeira’ (GOLDBERG, 2005, p. 302).

Do o caso acima apresentado, Goldberg pretende extrair três premissas:

- 1) O testemunho de Mary que ‘há leite na geladeira’ é não-confiável, não-sensível e não-seguro;
- 2) Sonny vem a saber que ‘há leite na geladeira’;
- 3) As propriedades epistêmicas da crença de Sonny de que ‘há leite na geladeira’ são baseadas no testemunho de Mary<sup>30</sup> (LACKEY, 2008, p. 80).

A consequência da confirmação das três premissas é a refutação não só de TEP-N, mas também de RS-N. Ou seja, poderá concluir-se que em um ato testemunhal seria possível ainda que por meio de um testemunho não-confiável, não-sensível e não-seguro, se dê conhecimento do lado do ouvinte.

Lackey não quer aceitar a conclusão, e para isso ela apresenta duas situações onde: na primeira a premissa (2) é refutada, e na segunda a premissa (3) é refutada.

Antes de prosseguir deve ficar claro que o que Goldberg pretende é qualificar o testemunho (de Mary) como sendo não-confiável, não-sensível e não-seguro. Já, no que diz respeito ao conhecimento do ouvinte (Sonny), este deve ser confiável, sensível e seguro. Desse modo, Goldberg apresenta os contafactuais que se dão referentes à crença de Sonny no caso apresentado:

(Conf) Em situações similares à situação presente, Sonny formaria a crença testemunhal de que ‘há leite na geladeira’ somente se houver leite na geladeira.

(Sens) Se não houvesse leite na geladeira, Sonny não teria formado a crença testemunhal de que ‘há leite na geladeira’.

(Seg) Não haveria o caso em que Sonny teria facilmente formado a crença de que ‘há leite na geladeira’, e ainda assim não houvesse leite na geladeira (GOLDBERG, 2005, p. 303).

---

<sup>30</sup> No artigo original de Goldberg aparecem duas cláusulas somente, Lackey toma a liberdade de adicionar uma a mais, a (2), já que esta pode ser deduzida da última cláusula do original:

- 1) Mary’s testimony (to the effect that there is milk on the fridge) is unreliable, insensitive and unsafe.
- 2) Sonny comes to know through Mary’s testimony that there is milk on the fridge (GOLDBERG, 2005, p. 302).

Agora sim, tendo em mente (1), (2) e (3), e (Conf), (Sens) e (Seg), podemos passar à análise proposta por Lackey que resultará na refutação do caso apresentado por Goldberg, não constituindo, dessa maneira, uma ameaça à sua RS-N.

Primeiramente cabe entender os motivos expostos por Goldberg que tornam as crenças de Sonny confiáveis, sensíveis e seguras. A crença seria confiável se levarmos em conta o mundo atual em que de fato ‘há leite na geladeira’; Sonny forma a crença de que ‘há leite na geladeira’ porque Frank se dá conta que ele não havia jogado o leite fora e guardado a caixa vazia na geladeira, permanecendo então calado. Somado ao fato de Frank ser escrupuloso faz com que (Conf) se confirme.

A crença de Sonny também é sensível, segundo Goldberg, pois se fosse o caso em que não houvesse leite na geladeira, por conta de Frank ter efetuado seu ritual excêntrico, e Mary tivesse testemunhado que ‘há leite na geladeira’, Frank teria imediatamente argumentado contra tal testemunho, informando a sua estranha prática. Nesse caso, Sonny não teria “consumido” o testemunho de Mary de que ‘há leite na geladeira’, confirmando (Sens).

Por último, o critério de segurança se dá visto que em qualquer mundo próximo em que Frank joga fora o leite e guarda a caixa vazia na geladeira, independentemente de qualquer pessoa que tivesse testemunhado que ‘há leite na geladeira’, seria um mundo em que Frank prontamente argumentaria derrotando o testemunho, fazendo com que Sonny não forme a crença no testemunho de que ‘há leite na geladeira’, confirmando, também, (Seg).

Lackey responde afirmando que há um elemento que está sendo desconsiderado na análise de Goldberg, qual seja: o tempo. Segundo ela, um testemunho que se dá em T1, faz com que um ouvinte forme a respectiva crença em T2; a presença de um outro testemunho em T3 (seja logo após T2 ou muito tempo depois), que seja um derrotador de T2, faz com que uma outra crença seja formada em T4.

Entendida essa divisão temporal dos eventos, apresentam-se as duas situações possíveis:

Atual:	Counterfactual:
T1: Mary testemunha que <i>p</i> .	T1: Mary testemunha que <i>p</i>
T2: Sonny forma a crença de que <i>p</i> .	T2: Sonny forma a crença de que <i>p</i> .
T3: Frank monitora silenciosamente.	T3: Frank derrota o testemunho de Mary.
T4: Sonny mantém a crença de que <i>p</i> .	T4: Sonny abandona a crença de que <i>p</i> . <sup>31</sup>

Analisando então a situação obtida pelo counterfactual, podemos extrair que Sonny realmente forma a crença de que ‘há leite na geladeira’ em T2. Isso mostra que, contrariamente ao que Goldberg afirma, a crença testemunhal formada por Sonny em [LEITE] é não-confiável, não-sensível e não-segura (LACKEY, 2008). Não-confiável porque Sonny teria formado a crença de que ‘há leite na geladeira’ em T2, com base no testemunho de Mary, mesmo se não houvesse leite na geladeira; não-sensível porque mesmo que não houvesse leite na geladeira, Sonny ainda assim teria formado a crença de que ‘há leite na geladeira’ com base no testemunho de Mary; e não-segura porque há um mundo próximo em que Sonny forma a crença de que ‘há leite na geladeira’, com base no testemunho de Mary, a despeito do fato de não haver leite na geladeira. O papel de Frank na situação do counterfactual é fazer com que a crença de Sonny formada em T2 seja derrotada em T4.

Tomando isso, pode-se passar a análise das condições (1), (2) e (3), onde claramente aceitamos (1) e (3), mas rejeita-se (2). Ou seja, (1) o testemunho de Mary de que ‘há leite na geladeira’ continua sendo não-confiável, não-sensível e não-seguro, (3) as propriedades epistêmicas da crença de Sonny de que ‘há leite na geladeira’ são baseadas no testemunho de Mary, mas (2) não se segue, pois, a crença de Sonny formada

---

<sup>31</sup> (LACKEY, 2008, p. 82).

em T2 é não-(Conf), não-(Sens) e não-(Seg), não constituindo dessa maneira um caso de conhecimento.

Uma possível tentativa de lidar com esse problema é fazer uma pequena modificação nas cláusulas (Conf), (Sens) e (Seg). Ficando da seguinte forma:

(Conf\*) Em situações similares à situação presente, Sonny **reteria** a crença testemunhal de que ‘há leite na geladeira’ somente se houver leite na geladeira.

(Sens\*) Se não houvesse leite na geladeira, Sonny não teria **retido** a crença testemunhal de que ‘há leite na geladeira’.

(Seg\*) Não haveria o caso em que Sonny teria facilmente **retido** a crença de que ‘há leite na geladeira’, e ainda assim não houvesse leite na geladeira (LACKEY, 2008, p. 84).

O objetivo dessa retificação é manter a verdade de (2). Isso faz com que a crença alvo não seja a crença formada em T2, mas sim em T4, ou seja, após a participação de Frank. Com isso, Goldberg pode querer concluir que em T4 a crença de Sonny satisfaz (Conf\*), (Sens\*) e (Seg\*), mantendo a verdade de (2).

Nesse caso, muito embora a verdade de (2) seja realmente mantida, o problema agora é defender (3). Quando a análise é feita no instante T4 fica difícil levar adiante que (3) as propriedades epistêmicas da crença de Sonny de que ‘há leite na geladeira’ são baseadas no testemunho de Mary. Parece que não é somente o testemunho de Mary que está em jogo, a atitude de Frank, seja ela ativa (derrotando o testemunho de Mary) ou passiva (monitorando silenciosamente o testemunho de Mary) precisa ser contabilizada. Conclui-se que as propriedades epistêmicas da crença de Sonny não são baseadas unicamente no testemunho de Mary. Temos então a aceitação de (1) e (2), mas a rejeição de (3).

Desse modo, a partir dessas duas possíveis situações, levando em conta a divisão temporal proposta por Lackey para analisar o caso [LEITE], a autora conclui que o exemplo proposto por Goldberg não torna possível que haja conhecimento testemunhal a partir de um testemunho não-confiável, não-sensível e não-seguro. RS-N resiste ao ataque.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se pretendeu durante os capítulos anteriores foi mostrar o ponto de vista de Jeniffer Lackey no que diz respeito aos debates em torno da natureza do testemunho e da tese da transmissão oposta à sua tese da geração de conhecimento. Para esse fim foram expostos alguns dos diálogos que consideramos de maior interesse para mostrar o desdobramento do debate; deixando que as críticas apresentadas até então fossem todas dos respectivos autores partícipes no desenvolvimento da subdisciplina.

Reservamos este espaço para, agora sim, expor alguma das críticas do autor deste trabalho concernentes ao ponto de vista de Lackey e a maneira como o tema é por ela abordado. Respeitando, é claro, o escopo ao qual essa dissertação se limitou – ou seja, não entrando em pontos também críticos da sua teoria, mas que não foram aqui abordados.

Nos concentraremos em dois pontos principais. São eles: 1) a contribuição da noção de natureza disjuntiva do testemunho, e 2) a possível confusão na adoção da nomenclatura sugerida pela autora.

O primeiro ponto a ser considerado é o ponto em que acreditamos que Lackey faz a sua maior contribuição para a disciplina. A maneira a qual ela conduz o tema, deixando claras as até então visões e as confusões na tentativa de abordar o tema, são, sem dúvida, expostas de maneira muito nítida e objetiva. Parecem não restar dúvidas quanto a dupla natureza do testemunho; ficando difícil de imaginar uma abordagem do tema que não tome esses pressupostos como sendo a melhor forma de “assentar as bases” do debate para uma futura discussão no âmbito epistêmico.

A despeito da “simplicidade” como o argumento da Visão Disjuntiva é apresentado – um bicondicional composto por uma disjunção inclusiva – na forma:

- $T \equiv (s \vee h)$

A maneira como a apresentação e a refutação às demais visões é feita parece não carecer de alguma outra colaboração.

Acreditamos que aí é onde reside a maior contribuição de Lackey para o debate que, como muitos outros em filosofia, está longe de ter um ponto final. Mas ao menos se tomamos essa noção como ponto de partida parece que temos um ganho considerável.

A questão que talvez possa suscitar maiores divergências dentro dessa parte é a que diz respeito ao que se entende por “ato de comunicação” ou “ato comunicacional”. Embora nos pareça que a autora tenha conseguido em grande medida esclarecer o que ela pretende por esses conceitos, ainda assim pode haver espaço para alguma divergência. Fora isso, a maneira como é estruturada a ideia de Natureza do Testemunho é bastante sólida.

O segundo ponto a ser considerado aqui é um ponto que parece ir na contramão do que fora pretendido até então – clareza de conceituação. Quando é confrontada a Tese de Transmissão à Tese da Geração, parece que alguns pontos ficam confusos. Pois quando é refutada a ideia de transmissão, apontando que dentro da noção tripartite do conhecimento algumas das propriedades epistêmicas (como é o caso da crença em [PROFESSORA CRIACIONISTA]) não são transmitidas, e sim geradas, não fica claro que, ainda assim, algumas das propriedades continuam com a característica de serem transmitidas; como é o caso da própria proposição em questão e algum elemento que servirá como razão para que a crença ou o conhecimento sejam gerados.

Talvez seja a pretensão de romper com a tese anterior, que carrega toda uma noção de transmissão, faça com que a adoção da ideia de geração não permita espaço para se falar em transmissão quando abordada essa nova noção. No entanto, se a ideia de transmissão é completamente abandonada, parecem ficar pontos mal resolvidos, ou melhor, passíveis de má interpretação por parte de quem se depara com a nova tese apresentada.

Aparte dessas considerações tecidas – que dizem respeito à uma tese específica que foi o objeto desse trabalho -, entende-se a importância do estudo de um tema que, principalmente nos dias atuais tem muito a contribuir com todo o cenário político, seja ele doméstico ou global, o qual nos inserimos como sociedade. Contribuição essa que pode não se dar diretamente no âmbito prático, mas que se bem trabalhada na teoria pode instigar amplamente o debate na esfera conceitual, fazendo com que, de certa forma, seja sentida alguma repercussão na *práxis*. Há quem afirme que a grande revolução do último século se deu no campo das comunicações. Afirmção essa que parece ser verdadeira. O avanço pode ser notado tanto qualitativamente quanto quantitativamente; sem mencionar a velocidade com que os processos têm se desenrolado.

E o testemunho “nada mais é” do que comunicação. Baseamos grande parte das nossas vidas, nas mais diversas áreas, no testemunho em suas mais variadas formas. É claro que para fins epistêmicos nem sempre essa quantidade de informação, na velocidade

em que acontece, acaba tendo relevância. Muito do que circula é o que podemos chamar de “desinformação”, boato, fofoca, etc. Mas mesmo assim, fenômenos como esses tem sido alvo de debate dentro da academia e acabam por se tornar assuntos que orbitam dentro do, já consolidado tema, testemunho.

Esperamos que esse trabalho possa vir a servir como uma ferramenta de apoio para quem desejar aprofundar seus estudos na disciplina.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLEN, A.; HAND, M. **Manual de Lógica**. Porto Alegre: Editora Clarinete. Tradução: ROSA, Luis F. Munaretti da. 2014.

AUDI, Robert. The Place of Testimony in the Fabric of Knowledge and Justification. **American Philosophical Quarterly**, vol. 34, pp. 405-22, 1997. Disponível em <[https://www.jstor.org/stable/20009910?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/20009910?seq=1#page_scan_tab_contents)> Acesso em: 17/05/2014.

BERTEN, A. **Filosofia Social** – A responsabilidade social do filósofo. São Paulo: Editora Paulus. Tradução: ROMEIRO, Márcio A. de S. 2004.

BLAAUW, Martijn; PRITCHARD, Duncan. **Epistemology A-Z**. New York: Edinburgh University Press, 2005.

CHALMERS, Alan F. **O que é ciência afinal?** Brasília: Ed. Brasiliense. Tradução: FILKER, Raul. 1993.

COADY, C.A.J. **Testimony: A Philosophical Study**. Oxford: Clarendon Press, 1992.

CULLISON, Andrew. On the Nature of Testimony. **Episteme**, vol. 07, pp. 114-127, 2010.

DESCARTES, René. **Meditações metafísicas**. São Paulo: Martins Fontes. Tradução: GALVÃO, Maria E. 2000.

DRETSKE, Fred I. **Knowledge and the Flow of Information**. Massachusetts: MIT Press, second edition, 1982.

FELDMAN, Richard. **Epistemology**. New Jersey:Prentice Hall, 2003.

FRICKER, Elizabeth; COOPER, David. The Epistemology of Testimony, **Proceedings of the Aristotelian Society Supplement**, vol. 61, pp. 57-83+85-106, 1987. Disponível em <[https://www.jstor.org/stable/4106834?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/4106834?seq=1#page_scan_tab_contents)> Acesso em: 21/09/2014.

FRICKER, Elizabeth. Telling and Trusting: Reductionism and Anti-Reductionism in the Epistemology of Testimony. **Mind**, vol. 104, pp. 393-411, 1995. Disponível em <<http://philpapers.org/rec/FRICNT-2>> Acesso em: 19/05/2014.

\_\_\_\_\_. Testimony: Knowing Through Being Told. In: I. NIINILUOTO, Matti S.; WOLENSKI, J. (eds.), **Handbok of Epistemology**. New York: Springer, 2004.

FRICKER, Elizabeth. Varieties of Anti-Reductionism about Testimony - A Reply to Goldberg and Henderson. **Philosophy and Phenomenological Research** vol. 72, pp. 618-28, 2006. Disponível em <<http://philpapers.org/rec/FRIVOA>> Acesso em: 17/03/2015.

\_\_\_\_\_. Against Gullibility. In: CHAKRABARTI, A.; MATILAL, B. K., **Knowing from Words**, pp. 125-161. Berlin: Springer, 1994.

FUMERTON, Richard. **Epistemologia**. Petrópolis: Editora Vozes. Tradução: STEIN, Sofia Inês A.; WAGNER, Ramon Felipe. 2014.

GELFERT, Axel. **A critical introduction to Testimony**. London: Bloomsbury Academic, 2014.

\_\_\_\_\_. Kant on Testimony. **British Journal for the History of Philosophy**, vol. 14, n. 4, pp. 627-652, 2006. Disponível em: <[http://www.gelfert.net/People/Axel/Publications/AxelGelfert\\_KantOnTestimony.pdf](http://www.gelfert.net/People/Axel/Publications/AxelGelfert_KantOnTestimony.pdf)> Acesso em: 18/07/2015.

GETTIER, Edmund. Is Justified True Belief Knowledge? **Analysis** vol. 23, pp. 121-123, 1963.

GOLDBERG, Sanford; HENDERSON, David. Monitoring and Anti-Reductionism in the Epistemology of Testimony. **Philosophy and Phenomenological Research**, vol. 72, pp. 600-17, 2005. Disponível em < <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1933-1592.2006.tb00586.x/abstract> > Acesso em: 25/08/2015.

GOLDMAN, Alvin. Discrimination and Perceptual Knowledge. **The Journal of Philosophy**, vol. 73, pp. 771-791, 1976. Disponível em < [https://www.jstor.org/stable/2025679?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/2025679?seq=1#page_scan_tab_contents) > Acesso em: 27/06/2015.

GRAHAM, Peter J. What is Testimony? **The Philosophical Quarterly**, vol. 47, pp. 227-232, 1997. Disponível em < <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-9213.00057/abstract> > Acesso em: 31/07/2015.

\_\_\_\_\_. The Reliability of Testimony. **Philosophy and Phenomenological Research**, vol. 61, pp. 695-709, 2000. Disponível em < [https://www.jstor.org/stable/2653619?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/2653619?seq=1#page_scan_tab_contents) > Acesso em: 11/10/2014.

\_\_\_\_\_. Testimonial Justification: Inferential or Non-Inferential? **The Philosophical Quarterly**, vol. 56, pp. 84-95, 2006. Disponível em < <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-9213.2005.00430.x/abstract> > Acesso em: 09/08/2014.

HAZLETT, Allan. **A critical introduction to Skepticism**. London: Bloomsbury Academic, 2014.

LACKEY, Jennifer. Testimonial Knowledge and Transmission. **The Philosophical Quarterly** vol. 49, pp. 471-490, 1999. Disponível em < [https://www.jstor.org/stable/2660497?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/2660497?seq=1#page_scan_tab_contents) > Acesso em: 15/08/2014.

\_\_\_\_\_. A Minimal Expression of Non-Reductionism in the Epistemology of Testimony. **Noûs** vol. 37, pp. 706-23, 2003. Disponível em < <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1046/j.1468-0068.2003.00457.x/abstract> > Aesso em: 23/10/2014.

\_\_\_\_\_. Testimony and the Infant/Child Objection. **Philosophical Studies** vol. 126, pp. 163-90, 2005. Disponível em < [http://www.jstor.org/stable/4321652?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](http://www.jstor.org/stable/4321652?seq=1#page_scan_tab_contents) > Acesso em: 02/02/2015.

\_\_\_\_\_. The Nature of Testimony. **Pacific Philosophical Quarterly** vol. 87, pp. 177-97, 2006. Disponível em < <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-0114.2006.00254.x/abstract> > Acesso em: 11/10/2014.

\_\_\_\_\_. **Learning from Words** – Testimony as a Source of Knowledge. New York: Oxford University Press, 2008.

LACKEY, Jennifer, and SOSA, Ernst. **The Epistemology of Testimony**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

LUFT, Eduardo. Sobre a integridade: Em busca de uma ética objetiva. In: CIRNE-LIMA, Carlos; HELFER, Inácio; ROHDEN, Luiz (orgs.), **Dialética, caos e complexidade**, pp. 131-176. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

MOREIRA, Delvair C. O testemunho como fonte de justificação – Um estudo sobre a epistemologia do testemunho. Dissertação apresentada ao **Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina**, 121 páginas, Florianópolis, 2013. Disponível em: <  
<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/103518/317607.pdf?sequence=1>  
> Acesso em: 09/04/2014.

MOSER, Paul K.; MULDER, Dwayne H.; TROUT, J. D. **A Teoria do Conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes. Tradução: CIPOLLA, Marcelo B. 2004.

MÜLLER, Felipe de M. Conhecimento Testemunhal – A visão não reducionista. **Veritas** – Revista de Filosofia da PUCRS, vol. 55, n. 2, pp. 126-143, 2010. Disponível em: <  
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/view/10237/7376>  
> Acesso em: 07/04/2014.

PRITCHARD, Duncan. **Epistemic Luck**. New York: Oxford University Press, 2005.

ZILLES, Urbano. **Teoria do Conhecimento e Teoria da Ciência**. São Paulo: Editora Paulus, 2º ed., 2008.